

## Carros com placas finais 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto | Foto: Agência Brasil

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0.

Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## Carros com placas finais 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação [redacao@correio24horas.com.br](mailto:redacao@correio24horas.com.br)

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0. Confira na tabela abaixo.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale

ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## Donos de veículos com placas finais 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação CN

Os donos de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para garantir desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única.

Para fazer o pagamento, o contribuinte deve procurar uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob. Também é possível fazer pelo aplicativo de um dos bancos. É necessário apresentar o número do Renavam para fazer o pagamento.

Quem optar por dividir em três parcelas, não recebe o desconto. Além disso, que perder o prazo da primeira cota, deixa de ter direito ao parcelamento de três vezes, tendo que pagar o imposto integralmente até a data da

última parcela.

Nos próximos meses, os prazos vencem para os veículos de placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0. As datas de pagamento podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia. Os proprietários de placas finais 1 e 2, que perderam o prazo para pagar com desconto ou parcelamento têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Fonte: G1 BA

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## Donos de veículos com placas de final 3 e 4 têm até final do mês para ter desconto de 5%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## Confira o desconto do IPVA para este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação do Diário

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também

de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/ Sefaz

O post Confira o desconto do **IPVA** para este mês apareceu primeiro em Diário Bahia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da  
Fazenda - IPVA

## Placas de final 3 e 4 têm desconto de 5% até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota

deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site, Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

## Donos de veículos com placas finais 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os donos de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para garantir desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única.

Para fazer o pagamento, o contribuinte deve procurar uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob. Também é possível fazer pelo aplicativo de um dos bancos. É necessário apresentar o número do Renavam para fazer o pagamento.

Quem optar por dividir em três parcelas, não recebe o desconto. Além disso, que perder o prazo da primeira cota, deixa de ter direito ao parcelamento de três vezes, tendo que pagar o imposto integralmente até a data da última parcela.

Nos próximos meses, os prazos vencem para os veículos de placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0. As datas de pagamento podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia. Os proprietários de placas finais 1 e 2, que perderam o prazo para pagar com desconto ou parcelamento têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia ??

Ouçã 'Eu Te Explico' ??

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA



Veículo: Gov Bahia	
Data: 14/04/2021	



## Placas de final 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês

14 abril 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta [observar os vencimentos das cotas na tabela](#), também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

**Fonte: Ascom/ Sefaz**

## Carros com placas finais 3 e 4 têm desconto de 5% no IPVA até este mês



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação iBahia

Aqueles que têm veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para pagar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) com o desconto de 5% em cota única.

Nos próximos meses vencem os prazos para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0.

Para realizar o pagamento, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

Quem quiser parcelar em três vezes, precisa observar

os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perde o prazo da primeira cota perde também o direito de parcelamento.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 14/04/2021	Página: --



## IPVA: placas de final 3 e 4 têm desconto de 5%

*Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0*

---

### Tribuna da Bahia, Salvador

14/04/2021 12:39 | Atualizado há 20 horas e 59 minutos



**Foto:** Reprodução

---

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do IPVA 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o IPVA em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

## IPVA: placas de final 3 e 4 têm desconto de 5%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de abril, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Os prazos vencem nos próximos meses para as placas de final 5, 6, 7, 8, 9 e 0: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) orienta que, para realizar o pagamento, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam.

O contribuinte pode optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota

deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

No caso dos veículos com placas de final 1 e 2, os proprietários que perderam o prazo para quitar o imposto com abatimento e também para o parcelamento em três vezes ainda têm até o final de maio para quitar o imposto sem acréscimos.

Todas as informações poderão ser consultadas no site [www.sefaz.ba.gov.br](http://www.sefaz.ba.gov.br), Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

# Sem propostas da União, Estados usam crédito para apoiar empresas

Ao menos 15 governos estaduais já adotaram medidas e oferecem R\$ 1,7 bilhão a pequenos negócios

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

15/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Ajuda aos empreendedores

Programas estaduais selecionados - em R\$ milhões

Estado	Valor	Programas
Santa Catarina	250	MP propõe linhas de crédito para MEIs e MPEs impactadas pela pandemia com subsídio do Estado de R\$ 250 milhões para juro zero
Espírito Santo	250	Recursos do Tesouro estadual para criação de fundo que concederá crédito com flexibilização de condições
São Paulo	200	Recursos próprios para linhas de crédito oferecidas a micro e pequenas empresas via Desenvolve SP e Banco do Povo
Pará	150	Recursos próprios em créditos a pequenas e médias empresas, com juros de 0,2% ao mês
Amazonas	140	Crédito emergencial para microempreendedores, profissionais liberais, autônomos e produtores rurais
Goias	112	Programa envolve linha de crédito a pessoas físicas e jurídicas e o Estado

Goiás	112	pessoas físicas e jurídicas e o Estado participa no subsídio ao juro zero
Bahia	100	Programa de microcrédito para capital fixo e de giro, com participação de R\$ 50 milhões em recursos próprios do Tesouro
Ceará	100	Microcrédito para capital de giro e investimento que inclui trabalhadores informais e MEIs, com taxa zero em 2021
Piauí	100	Microcrédito para capital de giro e investimento, destinado também a empreendedores informais
Rio Grande do Sul	79	Auxílio emergencial que inclui duas parcelas R\$ 1.000 para estabelecimentos do Simples em alojamento e serviço de alimentação
Paraná	60	Auxílio emergencial que inclui quatro parcelas de R\$ 250 para MPEs como bares, restaurantes, lojas de confecção e calçados
Alagoas	60	Linha de crédito para MEIs de vários setores e para empresas do Simples do ramo de turismo, com juro zero
Mato Grosso	55	Governo estadual aportou valor para concessão de créditos a MEIs e MPEs de vários segmentos
Sergipe	50	Programa do Banese para setores como bares, restaurantes, entre outros. Tesouro estadual participa do fundo de aval
<b>Total</b>	<b>1706</b>	

Fonte: Governos. Agências de desenvolvimento e bancos estaduais

Sem nenhuma proposta formal do governo federal para reedição do BEm e do Pronampe, os Estados tentam preencher a lacuna com linhas de crédito extraordinárias ou auxílios emergenciais destinados aos micro e pequenos empreendedores. Pelo menos 15 Estados oferecem ou já anunciaram oficialmente algum tipo de medida nesse sentido, no valor total de R\$ 1,7 bilhão. São iniciativas que contemplam participação de recursos próprios do Tesouro estadual neste ano, seja no financiamento do crédito ou auxílio, no fundo de aval ou em subsídios para amortização de juros.

Manoel Pires, economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), diz que como o governo federal mostra mais relutância este ano para oferecer suporte aos mais vulneráveis, a preocupação tem migrado para Estados e municípios, numa atuação que busca preencher vazios. Ele ressalta que os dados mostram o esforço generalizado dos governos estaduais para dar um alívio aos pequenos empreendedores.

Apesar disso, observa Pires, há uma diferença de ordem de grandeza que mantém a necessidade de a União reeditar programas como Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Criado em maio do ano passado para amenizar os efeitos da pandemia, a medida atendeu cerca de 517 mil empresas e foram liberados recursos superiores a R\$ 37,5 bilhões, de acordo com balanço do Ministério da Economia. Ele lembra que neste ano a segunda onda da pandemia veio mais agressiva e precisa ser prioridade de governo neste momento.

Enquanto uma definição da União não chega, os governos desenham linhas de crédito diversas em valores condições e prazos, embora o atendimento prioritário aos segmentos mais afetados com as medidas de isolamento, como bares, restaurantes e empresas dos segmentos cultural e de turismo seja mais evidente. Facilidades de pagamentos também se destacam. Estados como Goiás, Alagoas e Santa Catarina propõem linhas com juros zero. Nos dois primeiros Estados os novos programas já foram abertos. Em Santa Catarina a proposta está em discussão na Assembleia Legislativa.

Em Alagoas, o programa destinado aos Microempreendedores Individuais (MEIs) oferece seis meses de carência e quatro anos para pagamento e quem estiver em dia pagará apenas 50% da parcela, diz o secretário de Fazenda, George Santoro. O

restante será coberto pelo Estado. O programa alagoano pretende conceder total de R\$ 60 milhões a R\$ 70 milhões em empréstimos e demandou aumento de capital de R\$ 40 milhões na agência de desenvolvimento do Estado.

No Ceará, o juro zero está garantido para o ano de 2021. O programa cearense é de R\$ 100 milhões para o período de dois anos, com total em recursos próprios, diz a secretária de Fazenda, Fernanda Pacobahyba. No ano passado, lembra a secretária, o governo estadual lançou várias medidas para amenizar os reflexos da pandemia, como a prorrogação de vencimento de tributos, diz ela. Mas este ano, com uma segunda onda intensa, foi necessário oferecer crédito. “Há um vácuo porque a pandemia continua, as medidas federais acabaram e a União ainda precisa aprovar o Orçamento deste ano. Todos os Estados estão atentos para isso.”

No Estado de São Paulo foram anunciados neste ano pelo menos três linhas de crédito a micro e pequenas empresas, duas pela Desenvolve SP no valor total de R\$ 150 milhões em recursos do Tesouro paulista. Outra, de R\$ 50 milhões, também com recursos próprios, é oferecida pelo Banco do Povo, com disponibilidade de R\$ 50 milhões em microcrédito para capital de giro com taxas de juros de zero a 0,35% ao mês, conforme o valor do empréstimo.

No Paraná, além de linhas de crédito em razão da pandemia, foi anunciado também um auxílio emergencial para micro e pequenas empresas cadastradas no Simples e das áreas de transporte escolares e de turismo. Também estão contempladas lojas de roupas, calçados e outros itens de vestuário, além de bares, lanchonetes, restaurantes, entre outros. O auxílio proposto para esse grupo é de quatro parcelas mensais de R\$ 250. O projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa do Estado também prevê outro auxílio para MEIs de seis setores, sob outras condições.

O Rio Grande do Sul também tenta socorrer micro e pequenos mais vulneráveis por meio de um auxílio emergencial no valor total de R\$ 79,4 milhões. Entre os beneficiários da programa, já aprovado na Assembleia Legislativa do Estado, estão os estabelecimentos do Simples gaúcho dos ramos de serviço de alimentação e alojamento. Essas empresas irão receber duas parcelas mensais de R\$ 1 mil.



A maior parte das linhas de crédito deste ano foi anunciada pelos Estados desde março, quando a segunda onda se intensificou na maior parte do país. Uma das exceções é o Amazonas, onde o recrudescimento dos casos de covid-19 aconteceu antes. Marcos Vinicius Cardoso de Castro, diretor-presidente da Afeam, agência de fomento do Estado, conta que a linha emergencial de R\$ 140 milhões de 2021 foi lançada em janeiro, depois que o Estado, em dezembro, baixou medidas mais restritivas de isolamento social.

O Estado do Rio de Janeiro também já anunciou linha crédito emergencial, mas ainda não definiu o valor do programa. Segundo o governo estadual, a linha será ofertada pela AgeRio, agência de fomento do Estado, que concederá crédito de até R\$ 50 mil por prazo máximo de 60 meses, com carência variando de seis a 12 meses.

O secretário de Fazenda de Sergipe, Marco Antônio Queiroz, acrescenta que mesmo com as diversas iniciativas dos Estados, há ainda expectativa pelo retorno dos programas federais, não somente do Pronampe, como também do BEm, que em 2020 possibilitou redução de jornada e salários em troca da manutenção de emprego por determinado período. Pires, do Ibre, explica que a reedição desses benefícios requer que se resolva antes o imbróglio do orçamento federal para 2021.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente.**

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

**Garanta sua Sprinter: 1ª parcela só em novembro**

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

**Sofá 3 Lugares Pé Pali...**

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**Geladeira número 1 em eficiência energética**

SAMSUNG EVOLUTION

Compre Já

LINK PATROCINADO



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) ÚLTIMAS NOTÍCIAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))  
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) COLUNISTAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))  
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) FALE CONOSCO ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))  
quinta-feira, 15 de abril de 2021

## ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

### GOVERNO PUBLICA EDITAL DE PPP PARA O HOSPITAL METROPOLITANO

O hospital será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 14/04/2021 às 13:16

Foi publicado, no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (14), o edital para concessão administrativa do Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas. Atualmente aberto de forma emergencial para atendimento de pacientes com diagnóstico de Covid-19, o hospital será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade.

“A Bahia foi o primeiro estado a implantar PPP na área de saúde no país, com o Hospital do Subúrbio. Essa é a nossa quarta PPP e será o hospital com maior aporte tecnológico da nossa rede, ao lado do Hospital Roberto Santos”, ressalta o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.

O Edital de Concorrência nº 08/2021 trata da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano, com prazo de concessão de 20 anos. De acordo com o cronograma de licitação, a sessão pública do leilão na Bolsa de Valores (B3) ocorrerá em 20 de maio.

A unidade será implantada inicialmente com 260 leitos, que serão ampliados para 330 pelo parceiro privado, sendo 75 de terapia intensiva (UTI). Terá ainda dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas referenciada e serviços diagnósticos – laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear.

Entre obras e equipamentos, mais de R\$ 173 milhões foram investidos no Hospital Metropolitano. Um dos destaques do projeto é a Unidade de Atenção ao Acidente Vascular Cerebral (UAVC), que atenderá pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

O Edital de Concorrência, estudos técnicos e outros documentos estão disponíveis no site da Sesab ([www.saude.ba.gov.br/ppphospitalmetropolitano](http://www.saude.ba.gov.br/ppphospitalmetropolitano)).



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=131759>)

### MAIS NOTÍCIAS

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/04/14/piraja-ganha-novo-empreendimento-da-mrv,131753,0.html>)

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 15/04/2021	Página: 02

# Tribuna

## Edital

O governo da Bahia anunciou ontem o lançamento de um edital para selecionar uma empresa para administrar o Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, na modalidade Parceria Público-Privada (PPP). A decisão foi publicada no Diário Oficial do Estado, e a empresa responsável terá concessão de 20 anos para gerir a unidade. Segundo a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), o edital trata da implantação, gestão, operação e ampliação do hospital, que terá inicialmente 260 leitos, mais outros 330 adicionados pelo parceiro privado, sendo 75 de UTI. A sessão pública do leilão acontecerá no dia 20 de maio.

# Tribuna

## Publicado edital de PPP para o Hospital Metropolitano

Foi publicado, no Diário Oficial do Estado (DOE) de ontem (14), o edital para concessão administrativa do Hospital Metropolitano, localizado em Lauro de Freitas. Atualmente aberto de forma emergencial para atendimento de pacientes com diagnóstico de Covid-19, o hospital será a quarta Parceria Público-Privada (PPP) na área da saúde na Bahia e a maior unidade de atendimento hospitalar do Brasil nesta modalidade.

"A Bahia foi o primeiro estado a implantar PPP na área de saúde no país, com o Hospital do Subúrbio. Essa é a nossa quarta PPP e será o hospital com maior aporte tecnológico da nossa rede, ao lado do Hospital Roberto Santos", ressalta o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.

O Edital de Concorrên-

cia nº 08/2021 trata da implantação, gestão, operação e ampliação do Hospital Metropolitano, com prazo de concessão de 20 anos. De acordo com o cronograma

de licitação, a sessão pública do leilão na Bolsa de Valores (B3) ocorrerá em 20 de maio. A unidade será implantada inicialmente com 260 leitos, que serão ampliados

para 330 pelo parceiro privado, sendo 75 de terapia intensiva (UTI). Terá ainda dez salas cirúrgicas, serviço de hemodinâmica, unidade de emergência 24 horas refe-

renciada e serviços diagnósticos — laboratório, radiologia, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e medicina nuclear.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS  
CIA. DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA – CERB  
C.N.P.J. / MF 13.529.136/0001-35

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
1ª CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas, da Cia. de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia – CERB, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 27 de abril de 2021, às 10h30min, através de videoconferência, tendo em vista a continuidade da pandemia pelo novo coronavírus, de caráter mundial, cujo link será encaminhado oportunamente, para deliberarem sobre as seguintes pautas: 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020; 2) Eleição / Reeleição de Membros; e 3) O que ocorrer.

O relatório final dos auditores independentes será oportunamente encaminhado aos senhores acionistas para conhecimento, uma vez que, por conta da pandemia e a necessidade de parte do trabalho ser realizado de forma presencial, seu encaminhamento ainda não se deu.

Salvador, 12 de abril de 2021.

Leonardo Góes Silva  
Presidente do Conselho de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021**  
Processo Administrativo Nº 005/2021

O Pregoeiro Oficial do Município de Conde-BA, comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021 – BB nº 859146, que tem por objeto: Registro de Preço, para possível e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças para os veículos oficiais que compõem ou venham compor a frota operacional pertencentes da Prefeitura Municipal de Conde/BA, no que se refere à parte mecânica, suspensão, elétrica, lanternagem em geral, ar condicionado e pintura, conforme especificações técnicas descritas neste edital e seus anexos, que a abertura das propostas de preço do referido certame será no dia 30/04/2021 às 10:00 horas (Horário da Bahia) e que a sessão de abertura da disputa do referido certame será no dia 30/04/2021 às 11:30 horas (Horário da Bahia) através do site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Maiores informações no E-mail: [licitacaocondeba@outlook.com](mailto:licitacaocondeba@outlook.com). Conde/BA, 14 de abril de 2021. Ricardo de Sousa Andrade - Pregoeiro Oficial

Soluções Arquitetônicas

# Tribuna

## Quase a metade dos cigarros vendidos na Bahia está ilegal

LILY MENEZES  
ESTAGIÁRIA

**Q**uem é adepto do ato de fumar pode até não pensar muito a respeito das movimentações do mercado do tabaco, mas há muita coisa por trás de um maço do que se pode imaginar. No ano passado, o primeiro da pandemia do novo coronavírus, o setor de cigarros perdeu 14,2 bilhões de reais para o mercado ilegal. Ao todo, o Brasil viu 287,9 bilhões em impostos sumirem na fumaça, de acordo com a pesquisa realizada pelo Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). O cálculo leva em conta as perdas de quinze setores produtivos e as estimativas de evasão fiscal. Além do cigarro, os setores que mais perderam foram os de vestuário, cosméticos e perfumaria, combustíveis e bebidas alcoólicas. Só na Bahia, os cofres públicos deixaram de receber R\$ 196 milhões, sendo R\$ 69 milhões do Imposto sobre a Circulação de Comércio e Serviços (ICMS), mais R\$ 127 milhões em IPI. O dinheiro arrecadado poderia voltar para a população, em forma de construção de casas populares e unidades básicas de saúde.

### FUMAÇA DE OURO

Quarenta por cento dos cigarros consumidos no Estado são vendidos através da operação de contrabando, segundo estimativas da indústria tabagista. A justificativa está no preço: enquanto o maço com 20 cigarros de uma marca popular custa a partir dos R\$ 5 nos estabelecimentos legalizados, seguindo o preço mínimo sugerido pelo governo para a categoria, organizações criminosas oferecem o produto ilegal por R\$ 3,50 ou até menos, revelou um estudo gerido pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Entre as marcas mais consumidas estão as contrabandeadas paraguayas Eight e Gift. No Paraguai, a alíquota incidente sobre o cigarro é de 18%, contra os 71% iniciais do Brasil, tornando mais vantajoso para o mercado ilegal adquirir do país vizinho. Com a sonegação, os traficantes conseguiram fazer um lucro de R\$ 163 milhões na Bahia em 2019, último ano em que a economia ainda mantinha alguma normalidade. Assim, se forma um cenário desleal, como pontua o presidente da FNCP Edson Vismona. "É fundamental reduzir a principal vantagem dos contrabandistas nessa guerra contra o mercado ilegal:

a diferença de preços entre os cigarros legais e os contrabandeados, geralmente do Paraguai, que não pagam impostos, não se submetem aos controles da Anvisa e financiam o crime organizado".

### APRENSÕES

Na Bahia, os municípios mais afetados pelo contrabando de cigarros são Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Candeias e Eunápolis. Em menos de duas semanas, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) fez três apreensões de cigarros ilegais em estradas que cortam o Estado; juntas, totalizaram quase 30 mil caixas do fumo. No dia 22 de março, um trio foi surpreendido com quase 11.610 unidades camufladas dentro de dois carros na BR-115, na altura de Itabuna; a ação, que envolveu agentes da Polícia Militar, recolheu material que renderia R\$ 60 mil para o tráfico. Interrogados, os acusados disseram que a carga foi coletada em São Paulo e seria distribuída na cidade baiana. Na semana seguinte, em 31 de março, um contrabandista de 40 anos tentou fugir, mas foi preso após ser pego com cerca de 10 mil carteiras de cigarros em sua caminhonete, que gerariam um lucro de R\$ 50 mil para organizações crimino-



Foto: Romildo de Jesus

### CONTRABANDO

O setor de cigarros perdeu 14,2 bilhões de reais para o mercado ilegal no ano passado

sas. Em 5 de abril, foi apreendido na rodovia BR-116, na região de Encruzilhada, um veículo carregado com 5 mil maços de cigarro, que

renderiam um valor estimado em 25 mil reais para o tráfico quando negociados. A PRF informou que foram recolhidas mais de 121 mi-

lhões de "carteiras" de cigarro em todo o ano de 2020 na operação de combate ao crime, mesmo em meio à pandemia.

## Caminhos para chegar ao consumidor

Até virar fumaça na mão do consumidor, o cigarro ilegal faz uma viagem considerável. Partindo do depósito da Eight no Paraguai, as cargas com maço seguem em barcos, de onde são transferidos para veículos a fim de seguir com o percurso do contrabando, geralmente partindo de São Paulo e Minas Gerais. Se no Paraguai os atravessadores conseguem faturar cifras perto dos R\$ 100 mil com o transporte, os condutores brasileiros aceitam carregar as cargas escusas em troca de auxílio no combustí-

vel. Eventualmente, recebem quantias quase simbólicas em dinheiro. O motorista preso na operação de Encruzilhada um senhor de 69 anos, disse ter recebido uma proposta de R\$ 200 para entregar a carga nas imediações do terminal rodoviário de Vitória da Conquista. Para o portal Poder 360, o economista Marcos Casarin, da consultoria Oxford Economics, comentou que "a forte existência do mercado ilícito representa uma oportunidade onde a substituição de produtos ilegais por legais pode gerar

uma maior atividade econômica no Brasil". A Oxford Economics publicou em janeiro deste ano a pesquisa "A Economia do Comércio Ilegal de Tabaco no Brasil", no intuito de para entender o impacto do contrabando na cadeia produtiva, e apontou que foi perdida a oportunidade de geração de 173.340 empregos no país. "Devemos estar atentos para a retomada do mercado e fortalecer as medidas de combate ao ilegal, incentivando o mercado legal que investe no país e gera empregos", afirmou Edson Vismona.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 15/04/2021	Página: 08

# Tribuna

---

## ANTÔNIO JOSÉ LARANGEIRA

---

### Combustível

Segundo levantamento realizado recentemente , foi verificada a redução de cerca de R\$ 0,20 no preço médio do combustível nos postos de Feira de Santana levando em conta um comparativo aos preços vistos na última blitz do dia 03 de abril. Senão vejamos, a gasolina que estava de R\$ 5,55, está custando R\$ 5,25 o litro. O etanol está de R\$ 4,15; o diesel de R\$ 4,06 e a gasolina aditivada está de R\$ 5,75.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 14/04/2021	



## Governo do Estado inaugura em maio Hospital Materno-Infantil de Ilhéus

14 abril 2021



Foto: Sesab

O Governo da Bahia inaugura, no próximo mês, o Hospital Materno-Infantil de Ilhéus, com 105 leitos. A unidade terá UTI neonatal e pediátrica, além de ser referência para toda a região sul em cirurgia pediátrica e parto de alto risco.

Para conferir os detalhes da construção, que está 98% concluída, o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, inspecionou a obra nesta quarta-feira (14).

“O governador Rui Costa sempre colocou a saúde como prioridade da sua gestão e, nesse sentido, tem contribuído com a ampliação e fortalecimento da rede de saúde na região, seja com a construção do Hospital Regional Costa do Cacau, a cessão de servidores da saúde do estado para atuarem nos municípios, bem como a aplicação de recursos na atenção básica e agora na rede materno-infantil”, avalia Vilas-Boas.

O hospital servirá ainda como campo para o desenvolvimento do ensino (formação acadêmica e capacitação multiprofissional) e da pesquisa (produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde). O prefeito de Ilhéus, Mário Alexandre, acompanhou a vistoria às obras da unidade.

### **Adesão ao consórcio de saúde**

Ainda no sul do estado, em Itabuna, Vilas-Boas esteve presente no ato de assinatura de adesão do município ao consórcio de saúde que faz a gestão da Policlínica Regional de Saúde instalada na cidade. A assinatura foi feita pelo prefeito de Itabuna, Augusto Castro.

“Os moradores da cidade não deixaram de ser atendidos na unidade, mas havia essa pendência do município. Este ato fortalece ainda mais o consórcio e dá a garantia na continuidade da assistência”, afirma Vilas-Boas.

*Fonte: Ascom/Sesab*



# AGU é contra decretos de Doria que excluem hospitais particulares de isenções de ICMS

*Parecer foi apresentado no âmbito de ação impetrada no Supremo Tribunal Federal pela Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp)*

**Paulo Roberto Netto**

15 de abril de 2021 | 09h53

A Advocacia-Geral da União se posicionou a favor da derrubada de dois decretos do governador de São Paulo João Doria (PSDB) que excluíram hospitais particulares de isenções de ICMS em materiais e insumos hospitalares. As medidas foram editadas pelo tucano no final do ano passado como parte de um pacote de ajuste fiscal do Estado. O fim da isenção levou a Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) a questionar os dispositivos no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os hospitais alegam, entre outros pontos, que os convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) não previam diferenciação entre hospitais públicos e privados. As normas modificaram o regime de tributação a medicamentos para gripe, tratamento de câncer e AIDS e equipamentos para cirurgias, permitindo a isenção apenas para unidades públicas, santa casas e entidades beneficentes.

Nos autos, o governo de São Paulo defende as medidas e afirma que as decisões sobre a internalização de convênios celebrados no âmbito do Confaz e sua ulterior revogação interna poderiam ser adotadas de forma unilateral.

Para a AGU, os decretos do governador tem o condão de provocar ‘abalos profundos na segurança jurídica’. “Seja sob a perspectiva da confiança entre os Estados signatários – com risco de suscitar o indesejável e corrosivo fenômeno da ‘guerra fiscal’ –, seja sob o prisma da confiabilidade do contribuinte em relação à política fiscal do Estado”, alegou.



O parecer foi encaminhado ao ministro Kassio Nunes Marques, relator da ação da Anahp. Em nota, o advogado Eduardo Muniz, sócio da Bento Muniz Advocacia, que representa a associação de hospitais, afirmou que a revogação dos benefícios ao setor da saúde foi ‘extremamente castigado’ pela crise sanitária e econômica da pandemia e que os decretos do governador devem ser considerados inconstitucionais.

“A AGU ofertou parecer na ADI 6656 no Supremo Tribunal Federal opinando pela inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados, os quais revogaram diversos benefícios fiscais de ICMS no estado de São Paulo, envolvendo medicamentos e insumos de saúde. Entendeu a AGU que os fundamentos apontados na ADI, promovida pela ANAHP – Associação Nacional dos Hospitais Privados, justificam a declaração de inconstitucionalidade da legislação paulista que revogou os benefícios fiscais aplicados ao setor de saúde, já extremamente castigado pela grave crise sanitária e econômica decorrente da pandemia do coronavírus”, afirmou.

### **COM A PALAVRA, O GOVERNO DO ESTADO**

A reportagem entrou em contato com o governo de São Paulo. O espaço está aberto para manifestações.

**COVID-19** Prefeitura criou sites para idosos que vão receber a segunda dose e pessoas com comorbidades e doenças crônicas  
**Agendamento online vai agilizar vacinação**

BRUNO BRITO\*

Com a expectativa de receber 40 mil doses da vacina contra a Covid-19 hoje, o prefeito Bruno Reis anunciou, na manhã de ontem, novas medidas para agilizar a vacinação em Salvador. Os idosos que vão receber a segunda dose do imunizante, por exemplo, poderão fazer agendamento com hora marcada para a nova aplicação na capital baiana.

Haverá também um cadastro para que pessoas com comorbidades e doenças crônicas possam ser imunizadas na próxima semana.

Durante a coletiva virtual na manhã de ontem, Bruno Reis informou ainda que a chegada dos novos imunizantes, prevista para hoje, possibilitará a retomada da vacinação dos idosos a partir de 61 anos já hoje à tarde ou amanhã.

De acordo com o chefe do Executivo municipal, após concluir a imunização dos idosos com 61 anos, a expectativa é que, no sábado e domingo, seja iniciada a vacinação dos idosos a partir de 60 anos.

“Devemos receber algo em torno de 40 mil doses, estamos só esperando o horário, mas pela tarde, devemos retomar a vacinação de idosos com 61 anos. No entanto, se não for possível, retomaremos na sexta de manhã, e logo em seguida, iniciaremos as pessoas com 60 anos. Concluído esse processo, na próxima semana, iniciamos as pessoas com comorbidade e doenças crônicas”, disse o prefeito.

**Agendamento**

O processo de hora marcada, que será direcionado aos idosos que tomarão a segunda dose das vacinas, pode ser acessado no site [www.vacina](http://www.vacina)



**Bruno Reis (D)** falou sobre novos sites em coletiva

Valter Pontes / Secom-PM

[nashoramarcada.saude.salvador.ba.gov.br](http://nashoramarcada.saude.salvador.ba.gov.br) e, segundo Bruno Reis, vai trazer mais comodidade à população da terceira idade.

“Isso vem para se somar à

**Idosos que vão receber a segunda dose poderão agendar com hora marcada**

Vacina Express, drives e pontos fixos. O objetivo é evitar que os idosos peguem filas, além de ajudar na garantia da aplicação da segunda dose” afirmou Reis. Atualmente, Salvador possui mais de sete mil pessoas que não compareceram para receber a dose de reforço.

De acordo com o prefeito, ao acessar o site será necessário preencher os dados pessoais, escolher o local, data e hora para ser vacinado. Em seguida, será gerado um QR-code no comprovante de agendamento. Com isso, basta comparecer ao local selecionado para va-

vacinação com o comprovante. Ao todo, estarão disponíveis 25 unidades de saúde e um drive-thru para atender a essa modalidade.

**Nova etapa**

Com relação ao início da 3ª etapa da imunização, em que serão vacinadas pessoas com comorbidades e doenças crônicas, com idade entre 18 e 59 anos, o gestor municipal apresentou o site: [www.comorbidades.saude.salvador.ba.gov.br](http://www.comorbidades.saude.salvador.ba.gov.br), que será voltado ao cadastro dos pacientes atendidos em unidades particulares de saúde, residentes de Salvador. Isso por-

que as pessoas atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) já possuem cadastro.

O preenchimento dos dados deverá ser feito pelo médico que acompanha o paciente. O profissional de saúde deve acessar o site com os mesmos login e senha usados no Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb) e fazer o próprio cadastro.

Em seguida, o médico deve inserir os dados pessoais do paciente e selecionar em qual comorbidade o paciente se enquadra.

A ordem de escalonamento dos grupos, que leva em

conta o risco de exposição dos pacientes à Covid-19, se iniciou pelas pessoas com doenças renais crônicas em tratamento de hemodiálise, que já estão sendo contempladas. Em seguida, virão os pacientes com síndrome de Down, transplantados, imunossuprimidos, pessoas com outras doenças renais crônicas, pneumopatias crônicas graves, doenças cardiovasculares, obesidade mórbida, doença cerebrovascular e doenças hepáticas crônicas/cirrose hepática.

\*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCELIA FALCÃO

**Eventos estão proibidos em 99 cidades de seis regiões da Bahia**

MIRIAM HERMES

Os encontros festivos ainda estão proibidos em todo o território baiano, de acordo com a determinação do decreto estadual 20.397, publicado no Diário Oficial do estado de ontem (14) e que já está em vigor em toda a Bahia.

Para 99 municípios o impedimento é para todo tipo de evento, por causa do alto índice de contaminação da Covid-19 registrado nas últimas semanas. A proibição geral, independentemente do número de participantes, atinge além das regiões oeste e de Irecê, também as regiões de Ibotirama, Santa Maria da Vitória, Guanambi e Bom Jesus da Lapa.

Conforme a decisão, nos demais 318 municípios baianos apenas reuniões científicas e corporativas podem ocorrer, desde que reúnam até 50 pessoas, observando todos os protocolos sanitários para evitar a disseminação da doença.

Embora os encontros religiosos estejam permitidos nestas 318 cidades, dentre as demais normas exigidas está a ocupação máxima dos espaços em 25% dos lugares regulares e ventilação natural cruzada.

Em coletiva virtual concedida aos profissionais de imprensa das regiões atingidas, ontem, o governador Rui Costa lembrou que no início de março o estado adotou uma série de medidas drásticas para conter o

avanço do vírus e que na maioria dos municípios foi registrada redução nos casos ativos confirmados por exames.

No entanto, ele ressaltou que nestes 99 municípios que permanecem com restrições mais sérias ocorreu um incremento preocupante no período. O governador citou como exemplo que em Barreiras no dia 8 de março tinha 29 casos ativos e, um mês depois, este número saltou para 314 pacientes com o vírus ativo, comprovado em laboratório.

Por outro lado, o município está avançando na vacinação preventiva à Covid-19 e ontem somava 20.435 doses aplicadas, representando 98,4% e 99,6%, respectivamente, das vacinas 1ª dose e 2ª dose aplicadas.

“Esta semana minha mãe

**“Só neste mês já tivemos 18 óbitos. Os leitos estão com total sobrecarga. Apelamos para o bom senso de todos”**

MELCHISEDEC ALVES DAS NEVES, secretário municipal de Saúde em Barreiras

tomou a segunda dose, deixando a família mais relaxada”, disse o professor Gilvan Soares. No entanto, ele salientou a necessidade de todos se cuidarem “cada vez mais, porque este tormento ainda está longe de acabar”, lamentou.

Secretário municipal de Saúde, Melchisedec Alves das Neves também pediu a colaboração dos moradores de Barreiras. “Só neste mês já tivemos 18 óbitos. Os leitos estão com total sobrecarga. Apelamos para o bom senso de todos”, enfatizou, salientando que a vacinação está transcorrendo normalmente.

**Toque de recolher**

Enquanto que na maioria dos municípios baianos o toque de recolher está começando às 20h, nos 61 municípios do oeste e região de Irecê, o início é às 18h.

Já para as regionais de Guanambi e Brumado o início é às 19h desde ontem. A determinação do governo do estado para 40 cidades da região sudoeste é que restaurantes, bares e congêneres devem encerrar o atendimento presencial às 18h. O serviço de delivery de alimentação é permitido até as 24h.

Conforme o decreto estadual 20.395, das 18h de 16 de abril até as 5h de 19 de abril, está proibida também a venda de bebida alcoólica em quaisquer estabelecimentos em toda a Bahia, inclusive por delivery.

**Dez mil pessoas não tomaram a segunda dose da vacina na Bahia**

RODRIGO AGUIAR

A Bahia tem 10 mil pessoas que perderam o prazo estabelecido para receber a segunda dose da vacina contra a Covid-19 – e Salvador concentra 6,9 mil pessoas que não completaram o esquema vacinal, segundo dados das secretarias da Saúde do Estado (Sesab) e do Município (SMS).

Os números da Sesab, entretanto, são muito inferiores aos do Ministério da Saúde, divulgados na última terça-feira. De acordo com o ministério, 148,8 mil baianos não retornaram aos locais de

vacinação para a segunda dose. Na lista dos estados, a Bahia ficaria atrás apenas de São Paulo (343,9 mil). Além disso, o estado concentrou 9,8% do contingente de 1,5 milhão de brasileiros que perderam o prazo da segunda dose, de acordo com o ministério.

O secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, negou que o estado tenha um “atraso significativo” na aplicação da segunda dose e atribuiu a grande diferença a problemas no sistema utilizado pelo ministério. Segundo o secretário, são 10.065 doses não aplicadas conforme o prazo na Bahia,

resultantes da diferença entre 455.845 doses relativas à primeira aplicação e 445.780 à segunda aplicação.

“Não há atraso significativo na aplicação da segunda dose da vacina Covid-19 na Bahia. Os dados publicados pelo MS foram extraídos do sistema ministerial Sipni que está com inconsistências de preenchimento e com atrasos na implementação pelos municípios”, escreveu o titular da Sesab, no Twitter.

**Apelo**

Para alertar a população, a Secretaria Municipal da Saúde tem enviado mensagens de texto para o celular dos faltantes, convocando-os para concluir o esquema vacinal. Além de constar no cartão de vacinação, a data de retorno aos pontos de imunização também pode ser consultada no site.

Mesmo fora do prazo estabelecido para a aplicação da segunda dose, as pessoas devem procurar os locais de vacinação para o reforço, reitera a coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Francieli Fantinato.

“Mesmo que vença o prazo, a recomendação do Programa Nacional de Imunizações é que elas completem o esquema. Então, quem atrasou e não conseguiu ir com 28 dias de intervalo da Coronavac ou aquelas que não conseguiram ir com 84 dias da vacina AstraZeneca devem comparecer para completar o esquema”, destaca Fantinato.



Prefeitura tem enviado mensagens para os faltantes

**MUNICÍPIOS** Projeto prevê alíquota menor no recolhimento da contribuição previdenciária patronal

## Jaques Wagner propõe projeto de lei que cria o Simples Municipal

**CÁSSIO SANTANA**

O senador Jaques Wagner (PT) propôs um projeto de lei que cria o Regime Especial de Contribuição Patronal Previdenciária dos Municípios (Simples Municipal), sistema no qual municípios, notadamente os de pequeno porte, podem pagar uma alíquota menor no que diz respeito ao recolhimento Contribuição Previdenciária Patronal.

A alíquota de contribuição a cargo de município, destinada à Seguridade Social, será devida de acordo com o PIB per capita do município, conforme dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

“Promovendo essa adequação da alíquota ao PIB per capita do município, diminuir-se-á o inadimplemento pelos municípios e tais recursos serão direcionados ao próprio município e seus municípios, notadamente para os serviços de saúde e educação”, diz o projeto proposto pelo senador.

“Como é consabido, a atual alíquota, de regra geral para os municípios que adotam o RGPS, não se mostra sustentável para a grande maioria dos municípios, desaguando no elevado grau de inadimplemento percebido pela União”, completa.

De acordo com a proposta, “ao oferecer uma solução considerando a capacidade de pagamento dos municípios, segundo o correspondente grau de riqueza, também contribuirá para melhora das contas da seguridade social, posto que será um incentivo para o pagamento regular pelos municípios, diferente do atual quadro”.

O projeto de Wagner vai ao



Tiago Caldas / Ag. A TARDE

**Projeto de Wagner vai ao encontro dos anseios do presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB)**

**Municípios pagam alíquota de 20% a 22%. Proposta prevê que a alíquota de cada região seja calculada de acordo com o seu porte**

encontro dos anseios do presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá. A entidade, junto com suas congêneres no âmbito nacional, lançou na última semana uma carta em defesa da ampla reforma tributária. “Nossa luta e união começam a dar resultado”, avaliou Cocá.

“Desde o início de março, a UPB e a Fecbahia viabilizaram reuniões com deputados e senadores baianos para apresentar um grande

problema que afeta os municípios baianos. Trata-se da incapacidade de pagamento da contribuição patronal previdenciária. A partir do apelo da UPB, o senador Jaques Wagner apresentou um projeto de lei que cria o Regime Especial de Contribuição Patronal Previdenciária dos Municípios”.

### Alíquota

Atualmente, independentemente do seu porte, os municípios pagam uma alíquo-

ta na ordem de 20 a 22%. Percentual que inviabiliza o pagamento. “Esse é um foco de desequilíbrio financeiro para os municípios e testemunhar o senador encampando essa luta nos fortalece ainda mais”, disse.

A proposta determina que a alíquota de cada região seja calculada de acordo com o seu porte. Pela proposta, a alíquota será de 8 a 18%, inferior à praticada atualmente, e de acordo com a realidade de cada local.

**NOVAS EMPRESAS**

### Abertura de empresas bate recorde em 2020, diz Serasa

**DANIEL MELLO**

Agência Brasil, São Paulo

Em 2020, foram abertas 3,3 milhões de novas empresas, segundo levantamento da Serasa Experian. O número representa um crescimento de 8,7% em comparação com 2019, sendo o maior desde 2011, início da série histórica da Serasa. A maior parte das novas empresas (79%) são microempreendedores individuais, totalizando a abertura de 2,7 milhões de MEIs.

“O alto número de MEIs é um dos fatores que comprovam o empreendedorismo por necessidade, já que durante quase um ano de pandemia muitas pessoas que perderam seus empregos optaram por abrir um CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] e trabalhar com aquilo que já sabiam fazer ou em segmentos com baixo custo de aprendizagem”, explica o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

### Adaptação

O ramo da alimentação representou 9,7% do total de empresas abertas, sendo o segmento com maior número de novas empresas. Em seguida vem o setor de confecções, com 6,2% do total, e o de reparos e manutenção, com 6,1%. Segundo Rabi, esses dados mostram uma adaptação dos empreendedores à realidade da pandemia do novo coronavírus.

O setor da alimentação oferece produtos essenciais e possibilita a abertura de negócios de baixo custo. “Quando falamos em confecção, o 2º ramo no ranking de abertura de novas empresas em 2020, a produção das máscaras de proteção contra a Covid-19 impactou o índice”, diz ele.

**DIREITO PÚBLICO**

## “Taxação de livros é retrocesso”


**DA REDAÇÃO**

A Receita Federal indicou que pode acabar com a isenção de impostos sobre os livros, sob a justificativa de que eles são consumidos pela parcela mais rica da população. Mas a discussão teve início no ano passado e, com a medida, a comercialização de livros passaria a ser tributada em 12%.

O professor, advogado e mestre em Direito Público Jorge Amado Neto considera um retrocesso qualquer movimento neste sentido. Em entrevista ontem para o Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, ele afirmou que a mudança pode causar um impacto grande no setor e afetar diretamente no valor de venda dos livros.

“Em um contexto como o que a gente se encontra, sobretudo de pandemia, é imprescindível que a gente tenha uma facilitação por parte de qualquer medida adotada pelo estado para que os livros sejam de acesso mais fácil. Qualquer caminho de sentido inverso eu entendo que seja um retrocesso”, pontua o especialista.

Amado explica que, no Brasil, os livros têm uma proteção constitucional histórica. “Nossa constituição veta que os entes federativos



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

**Livros são isentos de imposto desde Constituição de 1946; e isso foi mantido na de 1988**

**Constituição veta que União, estados, DF e municípios instituem impostos sobre livros, jornais e os papéis para impressão**

(União, estados, Distrito Federal e municípios) possam instituir impostos sobre livros, jornais e os papéis que são destinados à sua impressão”. Em junho do ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviou a primeira parte da proposta de reforma tributária do governo. A tributação nos livros ocorreria através da substituição do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pela Contribui-

ção Social sobre operações com bens e serviços (CBS).

Os livros são isentos de imposto desde a Constituição de 1946, o que foi mantido na Constituição de 1988. Em 2004, o mercado editorial foi desonerado do PIS e Cofins. Conforme cálculos feitos pelo Sindicato Nacional dos Editores de livros, a CBS representaria cerca de 60% do lucro bruto de uma editora e 50% do lucro de uma livraria.

LEIA A ENTREVISTA COMPLETA EM [WWW.ATARDE.COM.BR](http://WWW.ATARDE.COM.BR)

**EMPRESAS ABERTAS**

## Bahia registra aumento de 50% a mais em 2021

**MARCELO AZEVEDO\***

Impulsionado pela digitalização e aumento do desemprego, consequências da pandemia da Covid-19, o número de novas empresas abertas no estado vem registrando crescimento em 2021. Nos três primeiros meses deste ano, a Junta Comercial da Bahia (Juceb) registrou a abertura de 8.781 empresas, quase 50% a mais que no mesmo período do ano passado. Descontando-se as extinções, o trimestre teve saldo de 3.005 novos empreendimentos.

Um dos motivos apontados pela Juceb para o crescimento dos registros foi a digitalização do processo de criação das empresas. Em junho do ano passado, a entidade passou a adotar o processo 100% digital para registro e arquivamento dos atos empresariais, o que levou ao aumento do número de abertura de novos empreendimentos.

“No início da pandemia, houve dúvidas sobre a realização dos processos, e nós perdemos o ritmo desses registros. Após adotarmos o processo digital obrigatório, sem nenhum tipo de solicitação física, as alterações, aberturas e fechamentos de empresas voltaram a atividade”, diz a Juceb. Além disso, a entidade destaca o desemprego causado pela pandemia, que evidenciou o empreen-

dedorismo como alternativa para compensar a perda de renda. “Houve um boom de pessoas que pegaram o dinheiro da conta e resolveram abrir uma empresa”, diz a Juceb. Com o atual estado da pandemia, a Junta ainda possui incertezas sobre a manutenção dos novos negócios.

Já Marília Oliveira, analista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), acredita que o movimento de novos empreendedores deve se manter. “Mas o empreendedorismo deve continuar crescendo. As pessoas querem cada vez mais trabalhar com o que gostam de fazer, e serem dona do próprio negócio”.

Mas iniciar um novo negócio não é algo simples. O planejamento é fundamental para aqueles que desejam ingressar no empreendedorismo, e há uma série de fatores que devem ser analisados antes de iniciar um empreendimento.

Como ponto principal, Marília recomenda elaborar uma proposta de valor para o seu negócio, ou seja, o que sua empresa pode oferecer a possíveis consumidores. “O mais importante é pensar com a cabeça do cliente, imaginar o que ele espera de você e sua capacidade de agregar valor na vida dele”, explica.

\*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

# Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

[jairo.junior@redabahia.com.br](mailto:jairo.junior@redabahia.com.br)

@satelite

**Há muito tempo venho defendendo a volta do ensino presencial nas escolas baianas, seguindo todos os protocolos de segurança e um limite de ocupação nas salas de aula que garanta o distanciamento entre os alunos**

**Paulo Câmara**

Deputado estadual do PSDB

## Ocupação de terreno

O PDT iniciou uma ofensiva em série para que os 417 municípios baianos tenham diretórios ou comissões provisórias do partido até o início de 2022, como parte da estratégia voltada a ampliar a capilaridade do ex-ministro Ciro Gomes no estado antes da corrida pela Presidência da República. “Hoje, temos representação em cerca de 250 cidades. A ideia é chegar no próximo ano com o PDT instalado em todas, seguindo as diretrizes da direção nacional da sigla para alavancar a candidatura presidencial de Ciro na Bahia”, afirmou o presidente estadual da legenda, deputado federal Félix Mendonça Júnior. Em movimento simultâneo, está previsto um processo de limpeza em diretórios comandados por políticos que não rezam a cartilha pedetista.

### SERVENTIA DA CASA

“Há cidades em que os nomes à frente da direção só estão no PDT porque precisam de um partido para concorrer às eleições. Esses sairão. Queremos quadros afinados com nossos planos. A regra valerá também para candidatas a deputado em 2022”, emendou.

## Meia palavra basta

A declaração de Félix Júnior sinaliza a probabilidade de que o PDT feche as portas em 2022 para parlamentares eleitos pelo partido, mas que tendem a seguir caminho oposto ao da sigla na próxima sucessão. Sobre tudo, se a sigla marchar com o DEM na Bahia. É o caso dos deputados estaduais Euclides Fernandes, Roberto Carlos e Samuel Júnior, aliados do governador Rui Costa (PT).

## Jogo da compensação

O Palácio de Ondina negocia uma saída para pacificar a briga entre PP e PSD pela vaga do Senado na chapa governista. A proposta é acomodar o vice-governador João Leão em um tribunal de contas e garantir apoio integral para que o PP retorne a presidência da Assembleia, liberando a pista para o senador Otto Alencar (PSD) tentar a reeleição.

## Rede de arrasto

O núcleo-duro do bloco oposicionista prepara uma investida maciça no interior para atrair lideranças com musculatura ao palanque do ex-prefeito ACM Neto (DEM). Para isso, usarão pesquisas internas que apontam altos percentuais de votos consolidados para Neto.

## Depois do rojão

A deputada federal Lidice da Mata (PSB) quer montar uma frente de governadores, prefeitos, parlamentares e produtores de eventos para emplacar o São João fora de época em cidades nordestinas. Acha que seria a melhor forma de repor perdas decorrentes de mais um cancelamento das festas juninas por causa da pandemia, desde que a cobertura vacinal alcance o mínimo de 70% da população.

## Sono profundo

O inquérito sobre o rumoroso furto de joias em um apartamento da Mansão Wildberg, condomínio de alto luxo na Vitória, hiberna nas gavetas da Polícia Civil. Cinco meses depois, a investigação a cargo da delegada Glória Isabel Santos não produziu qualquer avanço significativo, apesar das imagens que mostram com nitidez o rosto do casal de arrombadores.

**AGÊNCIA DE FIDELIDADE NÃO É TUDO IGUAL.**

ESCOLHA UMA AGÊNCIA CERTIFICADA COM EQUIPE QUALIFICADA.

Quem tem o certificado do CENP essa compra feita de forma que a locação técnica e a obra. Escolher uma agência certificada é escolher a arte e a técnica replicada nos investimentos.

É trabalhar melhores negócios e resultados. É melhor para os clientes. É melhor para as vendas.

Saiba mais em [www.cenp.com.br](http://www.cenp.com.br)

**CENP**  
Centro Nacional de Engenharia e Tecnologia

fenapro Snapro cnap

Correio

**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021)** - O Município de Paratinga, através do seu Pregoeiro torna público a licitação, citada. Objeto: Empresa de tecnologia para prestação de serviços de locação de sistemas de gestão pública municipal com a prestação de serviços correlatos. Licenciamento de uso e suporte técnico dos sistemas de gestão financeira, orçamentária e control, transparência municipal web, gestão de patrimônio, gestão de compras e licitações e separação de custos web, para atender as necessidades do Município. Sessão de Abertura: dia 29 de ABRIL 2021, às 09:00h. Edital: [www.paratinga.ba.gov.br](http://www.paratinga.ba.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na sala da Comissão de Licitação localizada na Rua Benjamin Constant, S/Nº, Centro - Paratinga-Bahia (EM CIMA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), no horário das 08h00min às 12h00min. Informações através do tel: (77) 3664-2003 e do e-mail [licitacao.paratinga@hotmail.com](mailto:licitacao.paratinga@hotmail.com)  
Jefferson Brito Tótes - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - XIQUE (BA)**

**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2021)** - O Pregoeiro torna público a licitação, citada. Processo Administrativo nº 110/2021. Menor Preço Global. Objeto: Aquisição de livros didáticos integrados para Educação Infantil, destinado à crianças de 2,3,4 e 5 anos de idade, matriculados em turmas de escolas e creches da Rede Pública Municipal de Ensino deste município. Sessão de abertura: às 09h00min (horário de Brasília) do dia 28 de Abril de 2021. Local da sessão: Sala de reuniões da CPR, na Prefeitura, localizada na Praça Dom Máximo nº 384, Centro, Xique-Xique-BA. Maiores informações através do Tel: (74) 3661-1258 das 08h00min às 12h00min. Os interessados poderão obter o Edital no <http://pmquiqueba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-comvies/> e na Prefeitura, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08h00min às 12h00min. Oberdan Aves da Costa - Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ BA - CNPJ: 13.891.139/0001-63**

**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021) | Nº BANCO DO BRASIL Nº 866595 | PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2021** - O Fundo Municipal de Educação através da Comissão de Pregão da Prefeitura torna público a licitação, citada. Objeto: Prestação de serviços de locação de máquinas copiadoras, tipo multifuncional, para atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Vera Cruz - BA. Início acolhimento de propostas a partir do dia 26/04/2021 às 09h00min horas-Brasília. Abertura de proposta no dia 28/04/2021 às 09h00min horas-Brasília. Início da sessão de disputa no dia 28/04/2021 às 10h00min horas-Brasília. Edital e Anexos estão disponíveis no site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br) ou através do site de transparência <http://pmveracruzba.imprensaoficial.org>. Informações através do e-mail [licitacoes@pmveracruzba.ba.gov.br](mailto:licitacoes@pmveracruzba.ba.gov.br)  
Andrea Epitânio de Oliveira - Pregoeiro.

**ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE - AOSID**

**AVISO DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS Nº003/2021 CONVÊNIO Nº888469/2019**

A ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE-AOSID torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de 16 (dezesseis) carros de curativos, 01 (um) Ultrassom Diagnóstico sem Aplicação Transesofágica e 03 (três) Autoclaves Verticais, utilizando-se de divulgação eletrônica através do Portal dos Convênios - Plataforma +Brasil, no âmbito do Convênio nº 888469/2019 firmado com o Ministério da Saúde. Prazo de acolhimento das propostas: das 08h00min às 15h00min horas-Brasília, em 28/04/2021, conforme horário de Brasília/DF. Abertura das propostas: dia 30/04/2021, às 09:00 horas (horário de Brasília-DF). Aquisição de edital: dia 01/05/2021, gratuitamente no sistema Plataforma +Brasil, no site [www.irmadulce.org.br](http://www.irmadulce.org.br). Informações e consultas: E-mail: [compras.simplificadas@irmadulce.org.br](mailto:compras.simplificadas@irmadulce.org.br). Salvador, Bahia, 13 de abril de 2021

Consuelo Vidal  
Presidente da Comissão de Compras

COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAÚDE/UFBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**PÁTRIA AMADA BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico SRP nº 05/2021

Processo Nº. 23066.001132/2021-22 Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de INSUMOS LABORATORIAIS de uso geral e Anticorpos para CITOMETRIA DE FLUXO visando atender as necessidades do Laboratório de Imunologia e Biologia Molecular/LABIMUNO/ICS, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA. Abertura: 28/04/2021 às 09:00 horas (horário de Brasília). Edital no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) Tel.: (71) 3283-5846 Fax: 3283-5841

Pregoeiro Oficial

**ECONOMIA**

**Bahia: 1,3 mil receberam auxílio-doença gerado pela covid**

**TRABALHO** A Bahia foi o oitavo estado com maior número de auxílio-doença liberados em 2020 por causa da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, com 1.342. Goiás, o 9º do ranking, registrou 970 liberações segundo números divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e citados pelo site G1. O levantamento é liderado por São Paulo, com 11.092 benefícios, e pelo Distrito Federal, com 6.239. Ainda segundo a secretaria, a covid ficou em terceiro lugar entre as doenças que mais geraram concessões de auxílio-doença em 2020, atrás de problemas relacionados à coluna e ao ombro. Foram 37.045 liberações do benefício por incapacidade temporária provocada pela covid. Desse total, 36.863 são relacionados ao auxílio-doença previdenciário e 182 ao auxílio-doença por acidente de trabalho (quando é causado em razão do trabalho, como no caso dos profissionais da saúde)



Empresa cuida do solo desde a escolha da muda até a colheita

**Florestas plantadas contribuem para a preservação do solo**

**ESTADO REGISTRA MAIS DE 8,7 MIL EMPRESAS**

**DE JANEIRO A MARÇO** Apesar da pandemia, nos três primeiros meses deste ano, 8.774 empresas foram abertas na Bahia, contra 5.769 extintas no mesmo período, representando um saldo positivo. A informação foi divulgada pela presidente da Junta Comercial da Bahia (Juceb), Andréa Mendonça. Para ela, a digitalização e automação de processos foram fundamentais para a criação de novas empresas. Em janeiro de 2019, a Juceb registrou 160 processos desse tipo, número que saltou para 5,2 mil em dezembro do ano passado.

**RECURSO NATURAL** Hoje é o Dia Nacional da Conservação do Solo, data criada para chamar a atenção para a necessidade da preservação deste recurso natural. Florestas plantadas, como as de eucalipto, têm papel de destaque no tema. Na Bahia e em São Paulo, por exemplo, ações desenvolvidas pela empresa Bracell buscam o manejo florestal sustentável como forma de melhorar o uso do solo, fazendo com que ele permaneça preservado e rico em nutrientes. João Fernando Silva, gerente de Silvicultura da empresa, diz que os cuidados com o solo começam desde a produção de mudas, obtidas a partir de materiais genéticos de árvores matrizes selecionadas e melhoradas. A Bracell também delimita áreas de plantio e de proteção ambiental. O gerente afirma que o preparo de solo é realizado

de forma mecanizada e apenas a linha de plantio é preparada (subsolada) - uma técnica chamada de cultivo mínimo. Além disso, a empresa adota o plantio em nível para as áreas com declividade, o que favorece a manutenção da umidade e dos nutrientes no solo, mitigando o risco de erosão. "Outro ponto importante é em relação à conservação química. Sempre fazemos aporte de nutrientes, por meio de nutrição mineral", ressalta. Ele destaca ainda o processo de colheita do eucalipto, feito com o planejamento de corte e baldeio. Nessa última etapa, são deixados no campo as cascas, galhos e folhas para manter a fertilidade e a estrutura física do solo. Para mostrar os benefícios das florestas plantadas, a Bracell produziu uma web série sobre o assunto, que pode ser vista no canal da empresa no YouTube.

**EXPORTAÇÃO DE MANGA BATE RECORDE**

**CRESCIMENTO DE 10%** O polo fruticultor de Juazeiro - no norte da Bahia - ajudou o agronegócio do Brasil a bater mais um recorde: a exportação de mangas pelo país alcançou US\$ 246,9 milhões em vendas em 2020, 10% a mais que em 2019. A alta, segundo a Embrapa, decorre da diminuição da produtividade da fruta em países concorrentes, como a Espanha, da expansão do mercado norte-americano e do câmbio favorável aos produtores. A região do Vale do São Francisco, onde está a cidade baiana, responde por 87% do total exportado.

**CBC**  
CENTRO BAIANO DE CONTABILIDADE

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 18 (dezoito) de maio de 2021 (terça-feira), via zoom, plataforma online, devido à pandemia, às 18:00 horas em primeira convocação com o quórum regimental, através do id 74065865236 e senha L32/G1 e às 18:30 horas em segunda convocação com qualquer número de associados, através do id 73260329249 e Senha d1rc/Gv, para deliberar sobre: 1) balanço geral e apreciação de Contas, 2) relatório do Conselho Fiscal sobre as atividades do exercício anterior, 3) o que ocorrer.

**SAMSON CONTROL LIMITADA**  
CNPJ: 01.802.124/0001-53

**CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE QUOTISTAS**

Na qualidade de administrador da Samson Control Limitada, sediada em Salvador-BA, na Rod. BA-626 nº 716, Empreendimento Vila Empresarial, Galpões 09 e 13, São Cristóvão, CEP: 41510-000, CNPJ nº 01.802.124/0001-53 ("Sociedade") e conforme os artigos 1.074, 1.076 e 1.152, parágrafo primeiro, do Código Civil, convoco os quotistas da Sociedade, Samson International Holding S.A. e Dr. Ingo Koch, a participar da Reunião de Quotistas a ser realizada em 20/05/2021, às 10h, na filial da Sociedade localizada em Caxia-SP, na R. Matrix, 159, Centro Empresarial, Capuava, Moínho Velho, CEP 06714-360, para tratar dos seguintes assuntos: (i) aprovação das contas, balanço patrimonial e demonstrativos de resultados de 2020, cujas cópias estão à disposição dos sócios, na sede da Sociedade; (ii) destinação dos lucros auferidos em 2020 e (iii) apresentação de declaração de cumprimento, pelo Gerente Geral da Sociedade, do "Código de Conduta do Grupo Samson" e da lista das "Ações que requerem a aprovação prévia do Conselho Consultivo da Sociedade" no ano de 2020, p. Rogério Batista Monteiro Amarelo.

**"SERTANEJA" - EMPRESA AGRO-PASTORIL S/A**  
CNPJ 13.860.295/0001-74

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convocamos os acionistas para realização da AGE/AGO em 30/04/2021 às 10:00 horas na Avenida Ruy Barbosa nº 67, Centro, Barreiras/BA, para cumprir as formalidades dos arts. 124, 131, 132 e 133 e seus incisos da Lei 6.404/76, deliberando especialmente sobre tomada de conta dos administradores; exame, discussão e votação das demonstrações financeiras; decisão sobre destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020 e a distribuição de dividendos; discussão sobre situações judiciais pendentes da empresa e o que ocorrer. Barreiras/BA, 15 de abril de 2021. Conselho de Administração.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXA GRANDE (BA)**

**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2021)**

A Prefeitura M. Baixa Grande/Ba através da Pregoeira Adailma Pereira de Almeida, torna público que abriu Licitação na modalidade P.P no 010/2021, Contratação de empresa para fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, para atuar em regime de gerenciamento complementar com o poder público municipal, incluindo fornecimento de todo material e equipamentos necessários a sua execução, a ser realizado no dia 29/04/2021, às 09:00hs. T: (74) 3258-1165. Cópia do Edital poderá ser obtida no Setor de Licitação, Av Dois de Julho, 737, Centro, Baixa Grande (BA), a partir da divulgação deste. Melhores informações de 2ª a 6ª, das 08:00 às 12:00 horas.

Adailma Pereira de Almeida - Pregoeira.

**CONSÓRCIO DO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO - CTR**

**AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021)**

O Pregoeiro torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2021 Processo Administrativo nº 004/2021, Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços, de refeição pronta, café da manhã, sopa, self service e lanches, visando atender as necessidades dos servidores e participantes do Consórcio do Território do Recôncavo - CTR. Abertura: às 09h do dia 27/04/2021 e será realizada na sala de reuniões da COPEL, localizada na Praça da Liberdade, 376, Centro. Edital em: ctr.imprensaoficial.org

Milton Fernando Ribeiro Neto - Pregoeiro.

**IMPLANTES ORTOPÉDICOS. (ORTÊSES, PRÓTESES, ARTROSCÓPIA)**  
**TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO.**  
**PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.**  
**ATENDIMENTO PERSONALIZADO.**

**BAHIA MED**  
CENTRO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS E ARTROSCÓPIA

RUA PROFESSOR LEMOS DE BRITO, 28 - BARRA TEL: 3264.9699

# Decreto confirma privatização dos Correios

**DIÁRIO OFICIAL** O presidente da República Jair Bolsonaro formalizou a inclusão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Programa Nacional de Desestatização. A decisão já havia sido anunciada em março pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CCPI) e ontem foi confirmada em decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU).

A partir do decreto, o governo dará continuidade aos estudos necessários à desestatização da ECT. O texto também estabelece diretrizes a serem observadas no processo. Uma delas é que a desestatização da empresa será feita por venda do controle acionário em conjunto com a concessão dos serviços postais universais, como cartas e serviço de te-

**A partir de agora o governo pode dar continuidade aos estudos necessários para a desestatização da ECT**

legrama.

A privatização dos Correios ainda depende da aprovação de um projeto de lei de autoria do Executivo que permite à iniciativa privada prestar serviços que hoje apenas os Correios podem operar. O decreto condiciona a efetiva desestatização da ECT à aprovação desse projeto pelo Congresso Nacional.

Como justificativa à decisão de privatizar os Correios, o governo diz que "o desenvolvimento adequado dos serviços postais brasileiros demanda um patamar de investimentos que o setor público não consegue prover" e que "a União deve concentrar os seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais".

O decreto determina ainda que competirá ao Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) executar e acompanhar o processo de desestatização dos serviços postais. A previsão, por ora, é de que o leilão ocorra em 2022.

Outra privatização muito aguardada pelo mercado, a da Eletrobras, pode ocorrer entre o fim deste ano e o início de 2022, de acordo com a previsão do presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

Ele participou na manhã de ontem de um evento promovido pelo Campos Mello Advogados, DLA Piper e Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos para investidores americanos. "Estamos modelando o processo de privatização da Eletrobras com o Programa Nacional de Desestatização, o PND. Trabalhamos com o cenário de trazer esse ativo ao mercado no fim deste ano ou no início de 2022", disse.

## Vendas reais dos supermercados sobem 5,18% em fevereiro

**ALTA ANUAL** As vendas reais dos supermercados em fevereiro subiram 5,18% ante o mesmo mês de 2020, segundo o índice nacional da Abras, a associação nacional do setor, publicado ontem.

A entidade manteve a projeção de alta no ano de 4,5% das vendas reais em 2021 sobre 2020. Os números são

deflacionados pelo IPCA.

Em fevereiro sobre janeiro, os supermercados tiveram queda real de 6,75% nas vendas, reflexo da composição do mês diferente, com menos dias úteis.

No primeiro bimestre, as vendas avançaram 7,57% ante igual período de 2020.

Nos dados da associação

dos supermercados estão números reportados pelas redes varejistas associadas, portanto, incluem números de hipermercados, supermercados e lojas de atacarejo. A operação das cadeias atacadistas tem ajudado a "puxar" mais esse índice geral. A Abras não tem dados de vendas por canal.

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,6695	R\$ 5,6705
Dólar Turismo	R\$ 5,6770	R\$ 5,6830
Euro turismo	R\$ 6,7300	R\$ 7,0200

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	120.294,68	+0,84%

### POUPANÇA

15/04/2021	0,1159%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

### INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,86%	1,11%	5,20%
INPC/IBGE	0,82%	1,09%	6,22%
IGP-M/FGV	2,53%	5,17%	28,94%

## RESERVAS

# 68,2B

**de dólares das reservas internacionais brasileiras foram vendidos pelo Banco Central desde agosto de 2019 para segurar o valor do real. O movimento do BC, porém, não tem sido suficiente. O dólar se valorizou 45% no período conforme o G1.**

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

"Quando eu terei um dia de calma para falar com os investidores? Preciso trabalhar notícias boas, mas é preciso encontrar uma fórmula de governar com menos ruídos." Esse desafio eu ouvi dentro do próprio governo, de uma autoridade que está convencida de que há, na economia, alguns dados positivos para comunicar. Mesmo quem não vê essas notícias boas concordaria com esse integrante do governo que o Brasil tem excesso de ruídos, tumultos, conflitos, como se já não bastasse o que a população vive na pior pandemia em um século.

A avaliação que essa autoridade faz é que o Congresso aprovou algumas medidas importantes no começo deste ano, como o marco do gás e do saneamento. Acha que o país pode ter um segundo semestre de recuperação, se conseguir vacinar parte importante da população neste primeiro semestre. No mundo, as economias em crescimento, como a China, estão valorizando as commodities exportadas pelo Brasil. O mercado global está melhorando, a bolsa americana está batendo recordes, tudo isso ajudaria a amenizar a crise interna. "Mas o Brasil continua prisioneiro da sua his-

tória."

A questão é que a maior parte dos tumultos é resultado da própria ação do governo. Hoje, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 tem que chegar ao Congresso, mas o país ainda não tem o Orçamento de 2021. As fórmulas mais estranhas para resolver o problema estão sendo discutidas, mas ninguém quer encarar o que é tecnicamente correto. A solução defendida por integrantes da equipe econômica — e eu já ouvi isso de mais de um — é vetar as emendas parlamentares e mandar um PLN reconstituindo despesas obrigatórias. "O ideal é ter tudo redondo, era vetar tudo, ter um PLN, mas isso não atende ao Congresso, porque seria a desmoralização dos tratados feitos. E o presidente pode ficar fragilizado", explica essa autoridade que quer um dia de calma.

## Um país sem um dia de calma

O presidente Bolsonaro sempre foi o principal foco de instabilidade institucional, e isso ele mostrou ontem novamente, quando fez novas ameaças ao país. Ele as faz sempre, de forma deliberadamente vaga para dar a impressão de que tem poderes que não está usando.

"O Brasil está no limite. O pessoal fala que eu devo tomar providência. Eu estou aguardando o povo dar uma sinalização", disse Bolsonaro, no seu estilo autoritário e populista. E continuou: "Estamos na iminência de ter um problema sério no Brasil. Parece um barril de pólvora que está aí.

**A questão é que a maior parte dos tumultos é resultado da própria ação do governo**

Eu não estou ameaçando ninguém, mas estou achando que brevemente teremos um problema sério no Brasil".

Bolsonaro foi assim desde o começo desta pandemia. A cada dia ele levanta um fantasma, joga uma sombra, cria um conflito. Criou, por exemplo, na semana passada, diretamente com o ministro Luís Roberto Barroso, quando ele determinou a abertura da CPI. Ficou claro no rápido julgamento de ontem que Barroso teve todo o apoio do STF para a sua decisão, que apenas determinou o cumprimento da Constituição. CPI é direito das minorias, e cumpridos os requisitos de um terço do Senado e fato determinado não cabe ao presidente do Senado impedir.

Barroso saiu vitorioso e mandou recados educados para responder à truculência do presidente. Elogiou o senador Pache-

co, que, mesmo derrotado, reagiu com "elegância, correção e civilidade", lembrando que são qualidades raras nos tempos atuais. Mas a resposta mais forte de Barroso toca no principal ponto de instabilidade do Brasil. Para os economistas, a fonte de incerteza é de natureza fiscal. Um orçamento confuso, soluções esquisitas, como a que surgiu na tal PEC do furo-teto, elevam os temores de um descontrole nas contas públicas.

Mas o mais eloquente recado veio com o aviso sobre o que está em jogo nos ataques ao STF. "Diversos países do mundo vivem hoje uma onda referida como recessão democrática". O ministro citou Hungria, Polônia, Turquia, Rússia, Venezuela. Lembrou que todos eles, sem exceção, sofreram processos de esvaziamentos e ataques aos seus tribunais constitucionais. "Quando a cidadania daqueles países despertou, já era tarde. Reafirmar o papel das supremas cortes de proteger a democracia e os direitos fundamentais é imprescindível ato de resistência democrática". Esse é o ponto. A nossa instabilidade é muito maior do que a questão fiscal. A fonte maior de tumulto institucional é o próprio Bolsonaro.

<b>Veículo: Bahia.BA</b>	
<b>Data: 15.04.2021</b>	<b>Caderno: Economia</b>

## COVID-19

Publicado em 15/04/2021 às 08h36.

# Rui garante prioridade na vacinação para trabalhadores da educação na Bahia

**Após reunião de comissão, governador também decidiu ampliar imunização de policiais e demais trabalhadores da segurança**

Os trabalhadores da educação com idade a partir de 55 anos que atuam na Bahia vão integrar a lista de grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19.

A decisão do governador Rui Costa (PT), que passou por crivo da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), foi publicada no Diário Oficial do Estado desta quinta-feira (15).

Além disso, foi definida a ampliação da imunização de policiais e demais trabalhadores da segurança e salvamento. De forma escalonada, profissionais de 45 e 49 anos que atuam nessa área serão priorizados.

Ao comemorar a inclusão de novos públicos, Rui cobrou celeridade na distribuição de vacinas por parte do governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

“Precisamos de mais vacinas para ampliar a imunização e retomar as aulas com segurança para todos. O cronograma de vacinação será estabelecido pelos Municípios e depende da chegada de mais vacinas. Por isso tenho cobrado celeridade do Governo Federal”, disse em publicação no Twitter.

Na postagem, o governador voltou a cobrar da Anvisa a liberação da importação da vacina Sputnik, produzida na Rússia. “Queremos salvar vidas”, acrescentou.

Também foi definida a ampliação da vacinação de policiais e demais trabalhadores da segurança e salvamento. De forma escalonada, profissionais de 45 a 49 anos que atuam nesta área também serão priorizados. Estamos batalhando para que a vacina chegue a todos.

— Rui Costa (@costa\_rui) [April 15, 2021](#)

O cronograma de vacinação será estabelecido pelos Municípios e depende da chegada de mais vacinas. Por isso tenho cobrado celeridade do Governo Federal. Por isso garantimos a Sputnik V e estamos lutando para q a Anvisa autorize a importação da vacina russa. Queremos salvar vidas.

— Rui Costa (@costa\_rui) [April 15, 2021](#)



opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias  
 DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila  
 SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
 CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,  
 Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,  
 Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,  
 Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
 DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado  
 Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

A moda do fura-teto

Necessidade de gastos emergenciais na pandemia não é desculpa para degradar o Orçamento

Não bastasse o fiasco em que se transformou a tramitação do Orçamento da União para este ano, com a aprovação de uma peça ficada e inexecutable, são ainda piores algumas das ideias aventadas para corrigir o problema.

O imbróglio, que já resulta em turbulência econômica e política, começou quando o Congresso — ao que tudo indica, com anuência de setores do governo Jair Bolsonaro — decidiu expandir o volume de dinheiro destinado às emendas que deputados e senadores podem fazer no texto orçamentário em benefício de seus redutos eleitorais.

Para fazer as despesas totais caberem no teto constitucional, foi subestimado em cerca de R\$ 35 bilhões o montante de gastos obrigatórios, notadamente os relativos à Previdência Social.

Nada disso é passível de sustentação durante a execução do Orçamento. Pagamentos obrigatórios, por definição, têm de ser pagos. Para não estourar o teto, seria necessário um arrocho implausível nas já diminutas verbas para obras e custeio da máquina pública.

O bom senso recomenda, pois, um cancelamento de emendas, mas essa constitui uma opção politicamente complexa.

Gerou-se assim um impasse. Parlamentares culpam a equipe do Ministério da Economia, que por sua

vez atribui o problema à ala política do Planalto. No fundo, o tema é um só: tanto governo como congressistas querem gastar mais dinheiro mirando as eleições de 2022. Por isso, não cessam os ensaios fura-teto, e foram vários desde o ano passado. O mais novo é a ideia de elaborar uma proposta de emenda constitucional para retirar do limite algumas despesas.

Numa das versões, a saúde ganharia liberdade total para gastar neste ano e seriam abertos até R\$ 35 bilhões para outros setores.

A novidade é que a proposição, ainda que não necessariamente os números exatos, parece ter partido da própria pasta da Economia, expondo o ministro Paulo Guedes. Falta de habilidade nas negociações, uma CPI a elevar o preço do centão e os sinais dúbios do presidente Jair Bolsonaro não formam uma boa combinação.

Que alguns dispêndios emergenciais para o enfrentamento da pandemia sejam liberados do teto é razoável. Isso não pode eximir governo e Congresso da tarefa de apresentar um Orçamento realista e responsável para o restante dos compromissos da União.

Tudo isso pode ser feito por meio de vetos parciais e projeto de lei, a esta altura o dano menor. Mas o caos de Bolsonaro torna qualquer debate nebuloso e custoso ao país.

Fragmentação peruana

Nenhum candidato chega aos 20% dos votos na eleição, o que reflete crise da política

Enfrentando um dos seus piores momentos na pandemia, o Peru realizou no domingo a mais fragmentada eleição presidencial de sua história. Com os votos dispersos entre 18 candidatos, Pedro Castillo e Keiko Fujimori se impuseram sobre os demais, embora nenhum deles tenha conquistado mais do que 20% dos sufrágios.

Castillo, o primeiro colocado, constituiu também a maior surpresa. Sindicalista e professor, ele ganhou notoriedade ao liderar uma greve nacional em 2017. Esposa uma plataforma que mistura propostas estatizantes e de cunho autoritário com um discurso anticorrupção, ao qual alia um extremado conservadorismo nos costumes.

Sua votação expressa a histórica divisão territorial do país. Foi o mais bem colocado nas regiões centro e sul, mais pobres e que pouco se beneficiaram do crescimento econômico das últimas décadas, mas apenas o quinto na região metropolitana de Lima.

O oposito se deu com sua adversária, que se destacou sobretudo na capital e nas áreas litorâneas.

Disputando pela terceira vez a Presidência, Keiko também defende uma pauta socialmente conservadora, mas um receituário liberal para a economia. No último pleito, a filha do ex-presidente Alberto Fujimori (1990-2000), preso

por corrupção e violações aos direitos humanos, foi derrotada por menos de 50 mil votos.

Embora ostente maior experiência política, pesam contra ela acusações de lavagem de dinheiro e de recebimento de caixa dois, que a levaram à prisão em 2018. Outro fator a enfraquecê-la é o antifujimorismo, que permanece forte no país. Vem justamente dos anos Fujimori uma das causas dos problemas políticos atuais. A desfiguração dos partidos tradicionais a partir da década de 1990 criou um cenário fragmentado e instável, com um Congresso repleto de siglas fracas e sem coesão interna, que dificultam ou inviabilizam negociações com o chefe do Executivo.

Somam-se a isso o descrédito dos políticos provocado pelos seguidos casos de corrupção — todos os presidentes eleitos nos últimos 20 anos terminaram envolvidos em escândalos — e a gestão desastrosa da pandemia.

O Peru é um dos países mais acometidos pela Covid-19, com cerca de 55 mil mortes, número que o coloca ao lado do Brasil em termos proporcionais.

É nesse cenário turbulento e politicamente fraturado que os dois candidatos, Castillo à esquerda e Keiko à direita, farão suas alianças e concessões com o objetivo de capturar os votos do centro.



Bolsonaro é o cão que só ladra

Gabriela Prioli

SÃO PAULO Deputados franceses caíram na gargalhada ao ouvir que a hidrócloroquina ainda era recetada para o tratamento de Covid-19 Brasil.

A situação é trágica. Em virtude das ações deste governo risivel, milhares de pessoas morrem diariamente. O cenário nos faz perceber o que talvez já fosse óbvio desde o início: Bolsonaro e o bolsonarismo não se sensibilizam com o sofrimento do outro.

A gargalhada dos parlamentares franceses pode nos indicar outra estratégia: a ridicularização. A tática é difícil, porque implica descer na escala da razoabilidade, mas é, de fato, risivel o áudio no qual o presidente ameaça encher o líder da oposição no Senado de “porrada”. Sério? Um senhor que não sabe nem fazer uma flexão de braço. O “tigrão de Twitter” que se alvoroçou com a declaração precisa ser lembrado do próprio ridículo.

Bolsonaro ameaçou bater em jornalista, ameaçou golpear senador, ameaçou bater no STF e, na prática, vemos o quê? O abraço apertado em Di-

as Toffoli quando finalmente o deputado do baixo clero, que passou anos gritando atrocidades para ser ouvido, foi convidado para assistir a um jogo de futebol.

O cara que ameaça “dar porrada” vive reclamando que não consegue fazer nada. Fosse um homem forte, teria assumido o controle. Fugir da responsabilidade é coisa de menino. Bolsonaro é movido pela própria pequenez. Chamá-lo de genocida ou criticar uma política pública não o atingem. O que pega é todo mundo descobrir o garoto que nunca foi chamado para a festinha, o político que ninguém leva a sério.

Schopenhauer escreveu nos seus “Aforismos para a Sabedoria na Vida” que o tolo vestido de púrpura, quando sozinho, geme sob o peso da sua pobre individualidade. Bolsonaro tem medo que mais gente descubra seu fracasso, do qual ele, consciente da própria existência, tenta fugir. Grita que é forte para se convencer, enquanto ilude os eleitores que veem nele a chance de ressignificar a própria fraqueza.

Guedes perdeu a chave do cofre

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Paulo Guedes nunca foi conhecido pela habilidade política. Antes de tomar posse, o ministro despertou a má vontade dos parlamentares ao sugerir que daria “uma prenta” no Congresso para aprovar suas propostas. Já no cargo, ampliou essas atitudes e passou a sofrer oposição de outros integrantes do próprio governo. Agora, ele também parece ter perdido a chave do cofre.

A disputa pelo controle do Orçamento é o capítulo mais recente do processo de esvaziamento político de Guedes. Na competição por recursos e emendas, o ministro acumulou adversários dentro e fora do governo. Até aqui, a maior parte desses rivais obteve mais sucesso do que o chefe da equipe econômica.

Dependente do Congresso, o governo fez concessões aos parlamentares na distribuição da verba deste ano. Mastudo indica que Guedes prometeu mais do que estava disposto a cumprir. O ministro abriu mão do controle de uma fatia adicional de R\$ 16,5 bilhões no Orçamento, mas os deputados e senadores aumentaram esse valor para R\$ 26,5 bilhões.

Emparedado, o ministro fez uma cobrança ao Congresso. Os parlamentares aceitaram recuar para os R\$ 16,5 bilhões originais, mas Guedes pediu mais, sob o argumento de que o valor não cabia nas contas. Ninguém engoliu a manobra. O presidente da Câmara afirmou que o ministro “se excedeu no seu acordo”.

Além de ter criado um impasse com o Legislativo, Guedes também foi obrigado a assistir ao fortalecimento de um de seus principais desafetos. Em dobradinha com o Congresso, o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) triplicou a previsão de despesas de sua pasta. O chefe da equipe econômica quer cortar parte desse ganho.

Agora, Guedes precisa convencer Jair Bolsonaro a vetar os aumentos. Ainda que consiga, o chefe da equipe econômica está desgastado dessa novela. Depois de contratar brigas com o presidente da Câmara, o presidente do Senado, caciques do Congresso e outros ministros, ele já deve ter percebido que está em minoria.

É hora de CPI?

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Que eu não perca a capacidade de me indignar. Desde que a pandemia começou, repito isso como um mantra diante da sucessão de atitudes e falas nefastas de Jair Bolsonaro. Não podemos normalizar a barbárie, penso. Um ano depois, percebo que os sentimentos afetados são mais profundos. Estamos perdendo a capacidade de nos entristecer diante da tragédia diária que se arrasta sem previsão de fim.

Os comentários sobre os mortos pela Covid-19 se transformaram em virgulas em conversas triviais. Falamos sobre as “aguras” de trabalhar em casa, da saúde da vida social, do isolamento mundial, xingamos políticos, trocamos recetitas da Rita Lobato e, entre um meme e outro, lembramos que o país enterrou 3.000, 4.000 pessoas num dia. E vi da que segue. A vida de quem fica.

Os esforços para que os mortos não virem apenas números se revelam vão quando percebemos um país inteiro anestesiado, que aceita bovinamente enfrentar o caos

e a morte capitaneada por este governo, sem fazer nada que não seja se indignar. Estamos todos putos. Olha que beleza. Há mais de um ano, eu e meus colegas jornalistas aspinas deste e de outros jornais com textos cheios de indignação. Políticos soltam notas de repúdio. Indignados. Cidadãos lotam as redes sociais com posts. Todos indignados. Estamos putos, mas num estágio de depressão comunitária que acabou com a nossa capacidade de nos entristecer. Talvez porque não é tempo.

As notícias são uma sucessão de tristezas pessoais e coletivas. De morte, de perdas, de fome, de miséria, de devastação moral e física do país, de vergonha, de golpismo. Nem bem enxugamos algumas lágrimas e já temos que lidar com outros. Até que não choramos mais.

Um ano depois, quase 400 mil mortes, um país destróado por um delinquente e o Congresso me vem com CPI? CPI, queridos, era há seis meses. É hora de impeachment e cadeia.

Perde mais do que ganha

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

O presidente trapaceia a todo instante e sobre qualquer coisa. Para ficar no caso extremo, mente em face da pandemia, como se quisesse levar ao paroxismo a tragédia que já custou mais de 350 mil vidas. Ainda assim, é impossível acusá-lo de ter ocultado, para se eleger, o seu intento último: destruir as instituições em que se arrima a democracia brasileira.

Tampouco se diga que, no poder, alguma vez tenha lidado com coerência e empenho para tanto. Isso explica o alívio de provocações que marcam o seu desgoverno — a que fazem coro seus áulicos, a tropa das redes e sua família. Ele investe contra ministros do Supremo, lideranças do Congresso e dos partidos que não lhe são vassallos, governadores, órgãos de mídia, entidades da sociedade civil, povos indígenas e minorias.

Aos palavrões e esquarterando a sintaxe, contribui para a degradação do idioma e da convivência política civilizada. Em que nação que se dá ao respeito passaria pela cabeça de um assessor palaciano fazer um gesto obscuro e ainda por cima racista enquanto o presidente do Senado discursa? Difícil imaginar onde seria aceitável que o chefe do governo fizesse o ser-ser comparável àquela com que o ocupante do Planalto se referiu ao senador Raul Góes (Rede-AP).

A fala rumbuda e a disposição para criar conflitos não são idiosincrasias do ex-capitão, mas um estilo político com propósito claro e que assemelha a outros populistas, como Trump ou Berlusconi, para ficar nos mais memoráveis desse naipe internacional.

Mas, como na Itália e nos Estados Unidos, aqui também a democracia tem resistido às reiteradas agressões, provando-se apta a conter os seus piores efeitos políticos. Eis por que o ocupante do Planalto tem colhido reveses importantes. Não ganhou carta-branca das Armas para suas investidas autoritárias; teve que se desfazer de alguns dos ministros mais sabujos e afinados com a sua — vá lá — visão de mundo. É de lembrar que Weintraub, Araújo e Pazzuello caíram por pressão dos aliados. Agora, a irresponsável conduta bolsonariana diante da pandemia poderá ser debulhada em público, na CPI da Covid-19, recém-criada no Senado, caso ela consiga trabalhar.

Iso, decerto, não o impedirá de continuar criando crises e de atentar contra as regras elementares da democracia e da cidadania — envenenando, enfim, a atmosfera política. E assim será até que os eleitores tenham oportunidade de julgá-lo ou, o que parece improvável, uma crise mais séria ampute o seu mandato. Mas, hoje como hoje, ele acusa mais golpes do que desfere. Uma notícia boa, em tempos tão lúgubres.

mhermirtavares@gmail.com

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Adicionar ao carrinho

O Grupo Big, que no mês passado anunciou a venda de seus negócios para o Carrefour, decidiu entrar de vez no comércio eletrônico com as marcas Big, Big Bompreço e Sam's. É uma reviravolta na posição adotada em maio de 2019...

Distanciamento No ano passado, o Grupo Big respondeu à demanda pelas compras virtuais por meio de serviços como o delivery com as plataformas Rappi, iFood, Uber Eats e outras...

Encomenda Os acordos com os aplicativos serão mantidos. Mas, a partir de agora, com o lançamento dos sites de comércio eletrônico...

Na sacola A nova operação vai usar as lojas físicas como centros de distribuição e estoques, e terá entrega gratuita com valor mínimo de compras conforme a rede.

Aglomeraco Um diretor do aeroporto de Heathrow, em Londres, disse a parlamentares britânicos nesta quarta-feira (14) que as filas de viajantes para o controle do coronavírus na imigração estão levando até seis horas.

Bacagem Chris Garton, diretor de solução de Heathrow, afirmou que a situação ficou insustentável e foi preciso acionar a policia para lidar com a frustração dos passageiros. Segundo ele, foram impostas novas verificações, mas não houve reforço no quadro de funcionários para dar vazão.

Luz A aplicação da fase emergencial na cidade de São Paulo para conter o contágio da Covid na segunda quinzena de março teve baixo impacto sobre o consumo de energia elétrica, segundo levantamento da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Tomadada Para a CCEE, a redução foi discreta, o que leva à conclusão de que, apesar das restrições, setores da economia como comércio e serviços se adaptaram. A pesquisa comparou o consumo de energia entre 25 e 31 de março, na fase emergencial, com dados de 5 a 10 de março, antes do período mais restrito.

Lâmpada Em regiões centrais, com perfil mais comercial e grande circulação de pessoas, o consumo caiu 1,54% para R\$ 893,7 MW. Na análise geral da cidade, a queda foi de 0,6%.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

Table with indicators: JUROS, IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, Assalariado, MEI (Microempreendedor).

Orçamento volta a viver impasse, e governo avalia afrouxar a meta fiscal

Alvo de críticas de parlamentares e economistas, governo desiste da ideia de retirar verbas para obras públicas do teto de gastos

Bernardo Caram e Thiago Resende

REGRAS FISCAIS

Meta de resultado primário Corresponde à diferença entre as receitas e despesas no ano (exceto despesas com juros), prevista em um dfcit de até R\$ 247 bilhões em 2021

Teto de gastos Limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflao, o que em 2021 representa até R\$ 1,4 trilhão

Regra de ouro impede o governo de se endividar para despesas correntes (como salários e aposentadorias. Norma vem sendo descumprida desde 2019 com permissão do Congresso e, para 2021, proposta de Orçamento enviada pelo governo já previa estouro de R\$ 453 bilhões

BRASÍLIA Alvo de críticas de parlamentares e economistas, o governo desistiu da ideia de retirar verbas para obras públicas do teto de gastos. Sem a manobra, foi retomado o impasse sobre o Orçamento deste ano, considerado inexecuível.

Diante da reao negativa à proposta, interpretada como contabilidade criativa, a pasta passou esta quarta-feira (14) buscando alternativas. O ministro Paulo Guedes (Economia) segue defendendo a criação de uma PEC, mas em formação mais enxuta, apenas para liberar das regras fiscais os gastos de programas emergenciais, principalmente de despesas com saúde e medidas de emprego e crédito.

Sem acordo com Economia, Pacheco pressiona por reedição do programa de corte de salários

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), voltou a defender que o Ministério da Economia priorize a reedição do programa de manutenção de emprego, com redução de jornada e salários, e do auxílio para micro e pequenas empresas.

São duas medidas importantes [BEm e Pronampe] que precisam ser tratadas com muito zelo pelo Ministério da Economia e que contarão com o apoio irrestrito do Congresso Nacional para sua aprovação

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) presidente do Senado

to com juros. Para 2021, esse compromisso está definido em dfcit de R\$ 247 bilhões. Integrantes do Ministério da Economia dizem que, mesmo com a necessidade de ajustar a meta fiscal para acomodar programas como o BEm, essa alterao não terá que ser tão grande. Isso porque há cerca de R\$ 21 bilhões de folga para o cumprimento da meta. Esse espaço foi dado depois que o Congresso subiu a previsão de receita para 2021 durante a análise do Orçamento. Como a estimativa de arrecadação subiu, pode-se gastar mais. O maior desafio do ministério está ajustar as despesas dentro do teto de gastos. Mesmo com o aumento na estimativa de receita, há uma limitao para gastar. Por isso, Guedes precisa colocar os recursos do programa trabalhista, de crédito e da área de saúde fora da contabilidade do teto. Com isso, essas despesas entram na conta da meta fiscal, que pode ser ajustada com uma votao mais simples no Congresso, mas não entrará nos cálculos do teto. A ideia de editar a PEC classificada como "fura teto" resolveria o impasse em torno do Orçamento deste ano. Isso porque ao retirar obras indicadas por parlamentares dos limites da regra fiscal, o governo conseguiria abrir margem nas contas deste ano, que aguardam a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Ao aprovar o Orçamento deste ano, o Congresso subestimou gastos obrigatórios, como os benefícios previdenciários, e turbinou as emendas - recursos que deputados e senadores podem destinar para projetos e obras em suas bases eleitorais. Um acordo entre o Palácio do Planalto e parlamentares previa uma liberação adi-

presidente do Senado pautou pela segunda vez um projeto de lei alternativo ao do governo, de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC). A proposta prevê a prorrogação, até dezembro deste ano, de diversos programas econmicos, entre eles o que prevê redução de salários e jornada de trabalho. Na semana passada, a pedido dos líderes do governo, essa proposta foi retirada da pauta. Na seqncia, o Palácio do Planalto enviou um PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) que prevê alterao na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentrias) para viabilizar esses programas. Para a equipe econômica, a votao do PLN passou a ser essencial para a redução dos programas. Senadores, no entanto, interpretaram que o movimento segido de pautar a proposta alternativa está uma tentativa de pressionar a equipe do ministro Paulo Guedes a avançar com o programa de corte de jornada e salário independentemente da votao do PLN. Durante a sessão na semana passada, o próprio Pacheco havia sinalizado que a proposta elaborada no âmbito do Senado teve o efeito de instaurar uma ao do governo.

"Agradeço a vossa excelência, senador Senador Esperidião Amin [por concordar com a retirada de pauta]. E, verdadeiramente, além do bom mérito do projeto, o fato de ter sido ele pautado tem um significado claro para poder instaurar o Governo Federal tomada de providências que estão idealizadas nesse projeto. E não há prejuízo algum com a retirada de pauta para que haja esse amadurecimento, mas já se cumpriu, realmente, uma finalidade importante o fato de ter sido pautado", afirmou Pacheco, na semana passada. Alguns senadores, inclusive próximo a Pacheco, afirmam que não há a necessidade de aprovao do PLN para que o governo possa trabalhar uma redução dos programas econmicos. Por isso enxergam pressão do presidente do Senado como natural, deixando para Guedes e sua equipe resolver as questões relativas a esse programa. A liderança do governo no Congresso, por sua vez, afirma que não há divergências de visões a respeito dos requisitos econmicos que viabilizam os novos programas. Renato Machado, Danielle Brant, Natália Cancian, Daniel Carvalho e Bernardo Caram



CONTABILIDADE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e Conselho Fiscal da CEB Geração S.A.
Nossa missão é avaliar o desempenho financeiro da CEB Geração S.A. em conformidade com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020...

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da CEB Geração S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício liquidado...

Base para opinião: Nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com essas normas, inclui descrever na seção 'opinião' a natureza e o escopo da auditoria...

pedido de prorrogação da concessão da PCH Paraná, com base no nº 11 da Lei 12.763/2013, conforme consta no processo SEI 00089-00001526/2019-34...

Dividendos a pagar: O Conselho Fiscal de 21 de março de 2020, em sua reunião ordinária, aprovou a distribuição de dividendos a serem pagos em 23 de março de 2020...

Outros assuntos: Auditoria das despesas representativas do balanço patrimonial referente ao exercício líquido em 31 de dezembro de 2020, conforme solicitado pela Assembleia Geral Ordinária...

apresentadas para fins de comparação, foram modificadas, com parâmetro de cálculo de 0,07 de diferença em relação aos valores originais...

Respostas à administração e ao conselho fiscal: A administração da CEB Geração S.A. concordou com a conclusão do relatório de auditoria e forneceu explicações para os pontos levantados...

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira: A administração é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

CEB GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.232.314/0001-70

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, CEP: 71215-902 - Brasília/DF, Complexo Cebrasa

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conchega o Relatório Anual da Administração, emitindo as Demonstrações Financeiras...

Base para opinião: As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma companhia em atividade normal...

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

relatório de auditoria e forneceu explicações para os pontos levantados, bem como o parecer favorável sobre a proposta de distribuição de dividendos...

Outros assuntos: Auditoria das despesas representativas do balanço patrimonial referente ao exercício líquido em 31 de dezembro de 2020...

Resposta à administração: A administração da CEB Geração S.A. concordou com a conclusão do relatório de auditoria...

Responsabilidades da administração e da governança pela demonstração financeira: A administração é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras...

Governo deve prever novo salário mínimo apenas com base na inflação

Table with 4 columns: Jan., Reajuste em %, INPC do ano anterior, em %. Rows from 2011 to 2022, showing increasing reajustes and INPC values.

Governo tem direito de ganhar real de R\$ 1.147 em 2022

Será o terceiro ano consecutivo em que salário não subirá acima da inflação

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA. No projeto que estabelece as diretrizes para o Orçamento de 2022, que será enviado ao Congresso até esta quinta (15), o governo definiu que o salário mínimo deverá ser reajustado de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro...

ção do projeto no Legislativo. O novo valor só entrará em vigor depois que o presidente da República assinar um decreto formalizando o cálculo. A depender da inflação, o governo terá que prever um reajuste do piso acima de 4,3%. Outro fator que deve influenciar o valor final é o aumento retroativo de cerca de R\$ 2 que Bolsonaro deixou de conceder em 2021...

hecido após a divulgação do INPC do ano pelo IBGE. Em vez de conceder um novo aumento a partir de fevereiro, o governo decidiu manter o patamar de R\$ 1.100 e deixar o reajuste dos R\$ 2 a serem considerados a valor final. Procurador, o Ministério da Economia não informou qual será o procedimento para incorporar o resíduo retroativo...

gouvernou em período de recessão, não mudou a legislação. Para cada R\$ 1 de aumento do mínimo, o governo estima uma elevação de gastos públicos de R\$ 357,8 milhões no ano. Isso porque o piso nacional é vinculado ao pagamento de benefícios previdenciários e programas assistenciais. Portanto, uma elevação de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 deve provocar uma alta de quase R\$ 17 bilhões nas despesas em 2022...

Inventário concluído em 2020 Despiteo ao IR

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB: O governo vai emitir o relatório de demonstrações financeiras em maio e o imposto de renda em julho. O contribuinte deve declarar em maio e pagar em julho...

grante de família com renda mensal total acima de três salários mínimos. Declare o auxílio na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ/ãos Dependentes...

101 - A morte e a finalização do inventário ocorreram em 2020

101 - A morte e a finalização do inventário ocorreram em 2020, respectivamente em outubro e em dezembro. Basta fazer a Declaração Final de Espólio? (I.P.). Sim. Considerando a finalização do inventário em 2020, faça a Declaração Final de Espólio no mesmo prazo de declaração anual (neste ano, até 31 de maio)...

104 - Dia 29 de dezembro de 2020 iniciará (dinheiro sairá da minha conta bancária) uma remessa para o exterior

104 - Dia 29 de dezembro de 2020 iniciará (dinheiro sairá da minha conta bancária) uma remessa para o exterior. A remessa foi efetivamente enviada só no dia 4 de janeiro 2021. Se em 31/12/2020 eu não tinha mais o dinheiro na conta no Brasil, mas não tinha ele ainda na conta no exterior, Como declaro (P.R.). Declare na ficha Bens e Direitos pelo código 61, de acordo com o Comprovante de Rendimentos fornecido pelo banco...

102 - Comprei um lote em 2020 para construir. No final do ano já havia feito 85% da obra, concluída em fevereiro de 2021

102 - Comprei um lote em 2020 para construir. No final do ano já havia feito 85% da obra, concluída em fevereiro de 2021. Como informo isso no IR? (M.T.S.). Declare o terreno na Ficha Bens e Direitos pelo código 31, a construção, pelo 16. Os valores a serem informados são os gastos realizados até 31/12/2020, comprovados por documentos hábeis e idôneos.

105 - Como declarar recebimento, via ação judicial, referente ao pagamento de terapias de reabilitação neuromotoras?

105 - Como declarar recebimento, via ação judicial, referente ao pagamento de terapias de reabilitação neuromotoras? (I.E.A.J.). Declare na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente pelo Titular, de acordo com o Comprovante de Rendimentos fornecido pela fonte pagadora. Se os gastos foram feitos em 2020, declare na ficha Pagamentos Efetuados - código 21.

103 - Minha mulher, minha dependente, recebeu o auxílio emergencial e tem renda inferior a R\$ 22.847,76. Minha renda foi de R\$ 42 mil. Tenho de devolver o auxílio?

103 - Minha mulher, minha dependente, recebeu o auxílio emergencial e tem renda inferior a R\$ 22.847,76. Minha renda foi de R\$ 42 mil. Tenho de devolver o auxílio? (R.F.C.E.F.). Não. O auxílio emergencial não é considerado renda para fins de declaração de imposto de renda. No entanto, o valor recebido deve ser informado na ficha Benefícios Recebidos por Dependentes...

106 - Receita líquida declaramos a partir de maio de 2020

106 - Receita líquida declaramos a partir de maio de 2020, gerando resultado operacional positivo a partir de 2020. No ato de assunção, pela CEB GERAÇÃO S.A. de Receita Anual de Gestão - RAG, solicitamos ao S/Nº Serviço Temporário de Gestão de Energia Elétrica e programação da concessão...

SAIBA MAIS SOBRE O IR

SAIBA MAIS SOBRE O IR folha.com/ir/2021. Perguntas devem ser enviadas para o email treduvidadoir@grupofolha.com.br. A Folha publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores

## Dívida nos combustíveis bate R\$ 70 bi, diz ICL

Dívida do setor de combustíveis passou dos R\$ 70 bilhões em 2020, diz estudo do Instituto Combustível Legal (ICL)

Por **Gabriela Ruddy** — Do Rio

15/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) encomendado pelo Instituto Combustível Legal (ICL), baseado em dados das secretarias de fazenda, apontou que a dívida ativa total de empresas do setor de combustíveis passou de R\$ 70 bilhões ao fim de 2020.

De acordo com o diretor-geral do ICL, Carlo Faccio, houve um aumento expressivo da sonegação e da inadimplência durante a pandemia de covid-19 e o valor da dívida pode ultrapassar os R\$ 100 bilhões em dois anos. “Anualmente a sangria nos cofres públicos é da ordem de R\$ 14 bilhões. São dívidas, sonegação e inadimplência, de empresas não-ortodoxas, valores que dificilmente a sociedade consegue recuperar. Nos melhores estados, a recuperação gira em torno de 1%”, diz Faccio.

O ICL é uma organização não governamental (ONG) associada ao Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). O grupo foi criado a partir do desmembramento da Plural, e conta com o apoio de grandes distribuidoras, como BR, Ipiranga e Raízen. O instituto lançou o movimento “Diga Não à Sonegação” para sensibilizar a sociedade sobre o tema. A campanha publicitária teve investimento de mais de R\$ 500 mil e será veiculada em mídias digitais.

Devedores “contumazes” comercializam combustíveis a preços abaixo dos praticados no mercado, o que prejudica a concorrência no setor e dificulta a atração

de investimentos, diz o instituto. Segundo Faccio, a situação ocorre em todos os estados brasileiros, mas é mais grave onde há maior consumo, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. “Não é possível fazer uma abertura de mercado sem o regramento adequado para que a competição ocorra de forma idêntica”, diz.

O tamanho da inadimplência é potencializado por grupos que usam empresas fantasmas, “laranjas”, para enganar as fiscalizações. Segundo Faccio, a identificação das fraudes leva cerca de seis anos. “As diferentes interpretações sobre os regimes de importação e a própria diferença de tributos entre os estados dão margem para sonegações e irregularidades”, aponta.

Atualmente, a legislação trata da mesma forma empresas que têm dívidas momentâneas e a figura do devedor contumaz. O ICL apoia o Projeto de Lei (PLS) 284/2017, que diferencia devedores eventuais e recorrentes. O projeto está em discussão no Senado.

O presidente do instituto, o general Guilherme Theophilo, lembra que o alto valor da dívida ativa prejudica a arrecadação e, conseqüentemente, investimentos públicos em educação, saúde e segurança. “O objetivo do instituto é servir como um observatório. Precisamos de uma competição justa entre todos os provedores de combustíveis”, afirma Theophilo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

**Máscaras KN95 são mais eficientes. Entenda o porquê.**

SAÚDE JÁ

LINK PATROCINADO

**Veja aqui o tamanho da fortuna de Paulo Gustavo**

MISTERSTOCKS

LINK PATROCINADO

**Sofá 3 Lugares Retrát...**

MOBLY

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**Mobly, o melhor preço**

R\$ 679.99

---

# Deterioração fiscal pode causar queda do PIB em 2022, indica XP

Para instituição, pior cenário pressionaria ainda mais a taxa de câmbio

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

15/04/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

---



Caio Megale: nova crise pode significar 2,5 milhões empregos a menos em 2022 — Foto: Claudio Belli/Valor

Apesar do impasse em torno do Orçamento de 2021 e do maior ruído sobre as contas públicas, o direcionamento atual da política econômica deve ser mantido, mas a probabilidade de um cenário adverso, com deterioração do quadro fiscal, aumentou após esses últimos eventos. A avaliação é da XP Investimentos, que vê a economia brasileira entrando em recessão em 2022 caso a hipótese mais pessimista se concretize.

Em revisão de projeções, a equipe econômica chefiada por Caio Megale atualizou também um cenário alternativo que, segundo ele, teria entre 30% e 40% de chances de se confirmar. Enquanto, no cenário-base, o PIB deve crescer 3,2% neste ano e 1,8% no próximo, na alternativa pessimista, o crescimento seria de 2,8% em 2021, seguido de queda de 1,1% do PIB em 2022.

A diferença entre os dois cenários é como a questão fiscal evolui. Se, na hipótese central da plataforma de investimentos, o atual arcabouço fiscal é respeitado, na pessimista, a disciplina nas finanças públicas deixa de ser prioridade.

No pior cenário, o volume de despesas acima do teto de gastos subiria com novo decreto de estado de calamidade pública, afirmam os economistas da XP, ou via emenda constitucional que permita novos gastos extra-teto, sem limite definido para este ano.

Em seu cenário-base, eles assumem que haverá mais uma rodada do programa de redução de jornada e salários (BEm) e de crédito subsidiado a pequenas e médias empresas pelo Pronampe. Ambas seriam financiadas via créditos extraordinários, ou seja, fora do teto. Esse montante se soma a outras despesas já aprovadas e isentas do limite do teto, como a reedição do auxílio emergencial, totalizando R\$ 145,2 bilhões projetados para 2021.

O risco, incluído como premissa no cenário pessimista, é que mais despesas extra-teto sejam aprovadas para este ano, sem limite algum, e que esses gastos continuem a crescer nos próximos anos, observa a XP, “com estratégias legislativas para reduzir as despesas sujeitas ao teto”.

Segundo os economistas, a menor responsabilidade fiscal pressionaria ainda mais a taxa de câmbio, que, no cenário alternativo, terminaria 2021 em R\$ 5,90, ante os R\$

5,30 estimados na hipótese central. Com o maior repasse cambial, a inflação subiria mais. Medida pelo IPCA, ficaria em 6,3% neste ano e 5,3% no próximo. As projeções do cenário-base são de alta de 4,9% em 2021 e de 3,5% em 2022.

“Nestas circunstâncias, entendemos que o Banco Central seria levado a abandonar sua estratégia de ajuste parcial da política monetária”, avalia a corretora, que vê a taxa Selic chegando em 6,5% já no fim de 2021 em seu cenário adverso. Esse nível, pelas projeções do cenário-base, será alcançado somente em 2022.

De acordo com a XP, a alta mais rápida dos juros e o aumento da incerteza e da volatilidade são consistentes com nova recessão em 2022 - ano em que, pelo cenário adverso, o PIB cairia 1,1%.

“Essa perda de PIB geraria um aumento de 2,3 pontos percentuais na taxa de desemprego na comparação entre os cenários”, destaca a XP. No cenário-base, a taxa de desocupação ao fim de cada ano cai de 14,1% em 2021 para 12% em 2022, na série dessazonalizada pela corretora. Já no cenário pessimista ela subiria ligeiramente no período, de 14,2% para 14,3%.

“Em outras palavras, uma nova crise econômica gerada pela deterioração da gestão da política econômica pode significar cerca de 2,5 milhões de postos de trabalho a menos na economia no ano que vem”, alerta a XP.

Em um quadro de aumento permanente de despesas extra-teto, a trajetória da dívida pública também seria pior. No cenário-base, a XP estima que a relação dívida/PIB vai subir de 88,7% para 91,6% entre 2021 e 2022. Na hipótese adversa, a alta seria de 90,6% para 96,4%.

## **Conteúdo Publicitário**

---

**Edição especial do BMW Série 5 híbrido pode ser comprada pelo Instagram**

**Mulheres no topo: Natura busca aumentar a presença feminina nos cargos de liderança**



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 14/04/21	



## WAGNER PROPÕE COMBATE ÀS DESIGUALDADES NO RECOLHIMENTO DE ALÍQUOTAS DE MUNICÍPIOS



admin 14 Abril, 2021

O senador Jaques Wagner (PT) propôs um Projeto Lei que cria o Regime Especial de Contribuição Patronal Previdenciária dos Municípios (Simples Municipal), sistema no qual municípios, notadamente os de pequeno porte, podem pagar uma alíquota menor no que diz respeito ao recolhimento Contribuição Previdenciária Patronal.

A alíquota de contribuição a cargo de município, destinada à Seguridade Social, será devida de acordo com o PIB per capita do município, conforme dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

“Promovendo essa adequação da alíquota ao PIB per capita do município, diminuir-se-á o inadimplemento pelos municípios e tais recursos serão direcionados ao próprio município e seus municípios, notadamente para os serviços de saúde e educação.”, diz o projeto proposto pelo senador.

“Como é consabido, a atual alíquota, de regra geral para os municípios que adotam o RGPS, não se mostra sustentável para a grande maioria dos municípios, desaguando no elevado grau de inadimplemento percebido pela União”, completa.

De acordo com a proposta, “ao oferecer uma solução considerando a capacidade de pagamento dos municípios, segundo o correspondente grau de riqueza, também contribuirá para melhora

das contas da seguridade social, posto que será um incentivo para o pagamento regular pelos municípios, diferente do atual quadro.”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 14/04/21	



## EDITAIS DE R\$2,3 MI INCENTIVAM EMPREENDEDORES DE SALVADOR



admin 14 Abril, 2021

Como parte da estratégia de retomada da economia de Salvador, anunciada este mês pela Prefeitura, está a renovação das parcerias através da Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (Secis), com o Senai-Cimatec e a Incubadora de Negócios Sociais do Parque Social, a In Pacto. Ao todo, serão cerca de R\$2,3 milhões investidos.

Já para este mês, a In Pacto dará início a uma turma com 18 negócios anteriormente selecionados. Os empreendedores apoiados receberão, de forma gratuita, qualificação, suporte operacional, técnico, gerencial e estratégico para o desenvolvimento de negócios de impacto social positivo, além de acesso à estrutura física da incubadora, com estações de trabalho, salas de reunião e espaço multiuso para capacitações e oficinas. No momento, em função das restrições impostas pela pandemia, as atividades serão desenvolvidas em formato remoto.

Além disso, até a primeira quinzena de junho, serão lançados outros editais para seleção de novas propostas para os programas de Pré-incubação e Incubação. Para essa iniciativa, o investimento destinado pela Prefeitura para fomentar o empreendedorismo na cidade será de, aproximadamente, R\$310 mil.

“Sabemos que estamos atravessando um momento delicado não só do ponto de vista sanitário, mas também econômico. Por isso, toda ajuda que auxilie nesse sentido é bem-vinda. A Prefeitura tem somado esforços para mitigar os impactos da pandemia também nos negócios da cidade, seja com descontos, isenção de taxas, desburocratização, financiamentos e lançamento

de editais. Tudo isso com o objetivo de dar condições e instrumentos para o empreendedor retomar o seu negócio”, enfatiza a titular da Secis, Edna França.

**Aceleração** – A parceria com o Senai-Cimatec ocorre desde 2017 para a realização de chamadas temáticas de apoio a startups que resolvam problemas de interesse público. Em 2021, será investido R\$2 milhões em editais de aceleração com a expectativa de selecionar pelo menos dez negócios de impacto social para a cidade. A previsão para o começo das atividades é a partir do segundo semestre deste ano.

Além dos recursos aportados pela Prefeitura, estarão envolvidos recursos do Edital de Inovação para a Indústria, do Senai. Adicionalmente, fundos de investimento e empresas industriais de grande porte poderão ser selecionados para agregar recursos, mentorias e outros apoios que fortaleçam ainda mais o desenvolvimento, a aceleração e o lançamento dos negócios.

**Histórico** – A Prefeitura é pioneira e inovadora na formatação de editais de aceleração para soluções com inovação tecnológica que contribuam com o enfrentamento de desafios socioambientais na cidade. Em 2017, o convênio firmado entre a Prefeitura e o Senai-Cimatec garantiu R\$3 milhões em investimentos para aceleração de startups e soluções para a capital baiana.

Na ocasião, a primeira chamada com o intuito de apoiar e incentivar empreendedores da capital baiana foi a Chamada Cidade Inteligente, em parceria com a Companhia de Governança, que captou nove organizações com o foco de tornar a infraestrutura e os serviços da cidade mais eficientes e interligados.

No mesmo ano houve a Chamada Cidade Resiliente, em parceria com Resource IT Solutions, que selecionou cinco empresas com projetos voltados à promoção da qualidade de vida e resiliência urbana. Em 2018 foi lançada a Chamada Cidade Sustentável, em parceria com a Construtora Civil, que selecionou quatro projetos com foco em melhorar significativamente a vida urbana, por meio do uso eficiente e inteligente dos recursos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 15 de Abril de 2021 - 00:00

## ***Predominância da pandemia adia discussões políticas e reforma administrativa de Rui***

por Mari Leal / Bruno Luiz



As exigências criadas pela pandemia da Covid-19 é a resposta primeira de qualquer membro da base governista de Rui Costa (PT) quando questionado sobre a tão esperada reforma administrativa no governo. A ponderação é feita até mesmo por membros de partidos mais ansiosos pelas acomodações após as alianças firmadas nas eleições municipais de 2020, principalmente na capital, que são o PSB e o Podemos.

Considerando as mesmas eleições municipais, a expectativa também ronda legendas como PCdoB, que bancou a candidatura da deputada estadual Olivia Santana, o PL e o PDT, os quais, na corda bamba do apoio, fecharam com Bruno Reis (DEM) em nível municipal. Espaço na administração, de fato, nenhuma sigla negaria, mas, diante da crise sanitária, acabam suavizando a cobrança. Ninguém quer carregar a placa de "insensível".

Nos bastidores, a inexistência de convocações para reuniões do conselho político, que já beira os dois anos de lacuna, reforça a imagem de "pouco dado ao diálogo", que muitos dedicam ao chefe do Executivo baiano. "Um excelente administrador, mas peca nas relações políticas", diz uma fonte. "O governo está sem articulação política. A pandemia é o elemento central", aponta outra. Somadas as situações, o clima na base é de "espera", ainda que ocorram conversas não oficiais.

Ao Bahia Notícias, o presidente do PL na Bahia, José Carlos Araújo, garantiu que, até o momento, não foi oficialmente procurado pelo governador. Com foco em 2022, afirmou que tem trabalhado para fazer a chapa de deputados estaduais e federais. "O governador se preocupou com a administração dele e deixou a parte política de lado, tanto que há queixa muito grande dos políticos que não são procurados. Quando a gente conversa com prefeitos, deputados, é a queixa. O governador resolve as coisas sozinho, sem consultar", enfatiza.

O presidente estadual do PL diz ter conversas com o senador Otto Alencar, que preside o PSD no estado e cuja legenda ocupa parcela considerável do próprio governo. "Estamos tocando o

barco, arrumando o partido. Temos conversado com Neto [ACM Neto (DEM)]. Temos que esperar o que vai acontecer aí. Temos que ser procurados. O PL não vai ser oferecer. Vai esperar para ser procurado”, completa Araújo.

O deputado federal Felix Mendonça Jr, presidente estadual do PDT, é mais incisivo. Para ele, conversar sobre política, agora, “é quase uma irresponsabilidade”, a prioridade deve estar no enfrentamento à pandemia. “Na nossa parte não vai haver solicitação de diálogo”, diz. No caso do PDT, que comanda a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri) e da Junta Comercial da Bahia (Juceb), a manutenção da atual composição é um fator favorável.

Transferir o comando da Seagri para o PSB, presidido pela deputada Lídice da Mata, como retorno do acordo firmado em 2020, quando Lídice recuou de uma candidatura própria e a deputada Fabíola Mansur compôs a chapa majoritária na condição de vice da petista Major Denice, faz parte do rol de possibilidades na futura reforma, de acordo com fonte ligada ao governo.

A pasta reúne ações suficientes para garantir ao PSB avançar até mesmo no interior do estado, na medida em que favorece a criação de pontes com prefeitos e lideranças. Ainda que tenha sido esvaziada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), a Seagri agregaria politicamente ao PSB, que hoje comanda apenas a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema).

Lideranças da base sugerem que, com a tendência de reequilíbrio dos índices da Covid-19, o governador passe a se ocupar da questão. “Esperamos que ocorra no máximo até o final do primeiro semestre. Não tem como não ocorrer uma reforma. O governador terá que encontrar o momento mais oportuno”, pondera uma liderança. A ideia do governo é evitar pequenas mudanças. Quando forem feitas, a dança das cadeiras deverá ser em um único ato.

“O Podemos participa do governo e gostaria de ter uma participação maior, mas é uma coisa que só diz respeito ao governador. Nós temos secretarias que estão sem titular. Temos secretários que serão candidatos. Temos ajustes de 2020 que ainda não foram feitos”, avalia o presidente estadual da legenda, deputado federal Bacelar. Nesta quarta-feira (14), o Bahia Notícias veiculou a possível indicação de um nome do partido para comandar a Secretaria de Turismo da Bahia (Setur) ([reveja](#)).

A Setur, de fato, conforme diálogos de bastidores, é parte do pacote de acordos feitos pelo governador para viabilizar os apoios em 2020. A negação de Bacelar sobre pressionar a indicação, feita após a publicação da matéria, pode facilmente se enquadrar na ideia de “que seja feita no momento oportuno”.

Parte conselho político na condição de presidente estadual do PCdoB, para o ex-deputado federal, Davidson Magalhães, é “natural e correto” que os desdobramentos da pandemia ocupem o espaço. “Não dá para pensar em outra coisa. Não dá para pensar em reforma administrativa nem em 2022 nessa pandemia”. Magalhães garante que, mesmo com o senador Jaques Wagner (PT), nome já fixado pelo Partido dos Trabalhadores como o candidato para disputar a sucessão de Rui Costa nas próximas eleições estaduais, o assunto prioritário é a pandemia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 15 de Abril de 2021 - 00:00

## ***Salvador é a quarta capital com mais famílias incluídas no Bolsa Família após pacote da Cidadania***

por **Maurício Leiro / Matheus Caldas**

Salvador foi a quarta capital brasileira com o maior número de famílias contemplada pelo Bolsa Família, com a adesão de 7.606 novas famílias nos meses de fevereiro de março. O Ministério da Cidadania iniciou os pagamentos dos valores no mês de fevereiro com os novos beneficiários.

No Brasil, foram beneficiadas 498.482 famílias em mais de 3.442 municípios no país em janeiro e fevereiro, segundo dados obtidos pelo Bahia Notícias, através de lei de acesso a informação junto ao Ministério da Cidadania.

Com famílias, Salvador só perde para São Paulo, com o total de 40.473 novas famílias integradas no programa, Rio de Janeiro que teve 30.027 famílias e Belo Horizonte que teve 8.003.

Na Bahia, contabilizados os meses de fevereiro e março, 30.109 novas famílias foram contempladas. Além de Salvador, as cidades com maior número de benefícios recebidos pelo Ministério da Cidadania foram: Feira de Santana com 5.965 famílias, Vitória da Conquista com 2.658 novos registros, Porto Seguro com 1.360 famílias e Itabuna com 1.349.

O ministro da pasta, João Roma, já sinalizou a possibilidade reforçar o Bolsa Família para assegurar renda mínima a um número maior de beneficiários logo após a nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial, prevista para os meses de abril, maio, junho e julho deste ano.

“Vamos discutir e construir uma proposta de ampliação do programa, [...] para que, ao fim da última parcela do auxílio emergencial, no mês de julho, já consigamos, em agosto, implementar esses aperfeiçoamentos”, disse o ministro.

### **BAHIA NÃO ERA PRIORIDADE**

Até fevereiro de 2021, o ministério tinha retirado da lista de beneficiários 12.706. Foi a maior de todo o Brasil, numa tendência negativa que persistiu em quase todo o Nordeste ([relembre aqui](#)). Eram em dezembro de 2020, 1.839.526 famílias baianas constavam como beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e com a retirada esse número caiu para 1.826.820.

Na última quarta-feira (14), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, deu prazo de 10 dias para que o governo federal inclua novamente 12,7 mil inscritos no Bolsa Família. A decisão veio após pedido do governo da Bahia, que contestou no STF o cancelamento, pela União, da inscrição de 12.706 beneficiários do programa. O ministro fixou também multa diária de R\$ 100 mil para a União, em caso de descumprimento da decisão.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/04/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 14 de Abril de 2021 - 16:40

## ***Qualifar-SUS: Bahia receberá R\$ 930 mil da Saúde; 155 municípios serão contemplados***



Municípios da Bahia vão receber um total de R\$ 930 mil reais do Ministério da Saúde referentes ao primeiro ciclo de monitoramento de 2021 do Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualificar-SUS). O repasse foi publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira (14).

Na Bahia 155 cidades foram contempladas. Cada uma vai receber R\$ 6 mil referente a transferência trimestral.

O Qualifar-SUS tem o objetivo de contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da Assistência Farmacêutica nas ações e serviços de saúde. O foco é uma atenção contínua, integral, segura, responsável e humanizada.

O programa está organizado em quatro eixos: estrutura que o objetivo é de contribuir para a estruturação dos serviços farmacêuticos no SUS de modo que estes sejam compatíveis com as atividades desenvolvidas na assistência farmacêutica; educação que o foco é em promover a aprendizagem permanente e a capacitação dos profissionais na lógica das Redes de Atenção à Saúde; informação, que o objetivo é disponibilizar informações que possibilitem o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços da Assistência Farmacêutica; e eixo cuidado que tem por objetivo inserir a Assistência Farmacêutica nas práticas clínicas visando a resolutividade das ações em saúde, otimizando os benefícios e minimizando os riscos relacionados à farmacoterapia.





**Por Fabio Graner**

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

## Confusões fiscais

Piso de despesas discricionárias seria R\$ 140 bi, diz o economista Bráulio Borges

15/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A crise do Orçamento na qual o país está enredado, apesar de já ter se passado quase um terço do ano, é sintomática sobre sua condição fiscal. A profusão de regras vigentes não dá conta de passar uma segurança sobre a solvência do Estado ao longo do tempo e o seu mau uso ainda coloca o país em constantes armadilhas, como evidencia a discussão no governo sobre vetar ou não a peça.

O resultado tem sido uma economia que não consegue controlar seu endividamento e que tem dificuldades enormes para lidar com situações econômicas e sociais adversas e ter uma trajetória vigorosa e sustentável de crescimento.

### | Piso de despesas discricionárias seria R\$ 140 bi, diz Borges

Nesse contexto, retornam com mais força debates recorrentes sobre a conveniência de manter o teto de gastos e reconfigurar o arcabouço legal de controle das contas públicas. Até no governo.

Um sintoma disso é o surgimento de ideias como a chamada “PEC fura-teto”, cuja minuta original previa até mesmo gastos não relacionados ao combate à pandemia fora do limite constitucional. A Economia defendia nos bastidores que a PEC visava

controlar o tamanho do gasto extra necessário para o combate à segunda onda da covid-19. E que a pasta seria contra incluir outros gastos nesse texto, que já foi descartado. O movimento, porém, evidencia um arcabouço fiscal ineficiente e insuficiente para gerir o país.

Uma fonte do governo, que discorda da ideia de PEC devido ao tumultuado ambiente político, argumenta que a pasta comandada por Paulo Guedes teria uma visão muito dogmática e por isso agiria de maneira errática e até contraditória. E aponta que há outros caminhos fora da PEC, como a decretação de calamidade pública ou trabalhar a execução orçamentária, vetando o mínimo possível no Orçamento e preservando acordos feitos com os congressistas. Esse segundo parece ser a tendência.

Além disso, esse interlocutor aponta ser preciso em algum momento rever o teto de gastos para dar conta das necessidades da economia brasileira. Não seria abrir espaço para gastança, explica, mas sim abandonar um desenho mal formulado (o que, aliás, até Guedes já reconheceu em algumas ocasiões porque o teto veio antes das reformas). Essa arquitetura, diz a fonte, asfixia a gestão da política econômica e nega totalmente o papel do Estado, na contramão do que está ocorrendo em uma série de países.

Essa autoridade garante não estar sozinha com essa visão no governo, mas aponta que Guedes tem ascendência importante sobre Bolsonaro, por isso muitos evitam se posicionar.

Uma outra fonte que defende o teto reconhece que sozinho ele não está sendo suficiente para a tarefa de controlar a dívida. Nesse sentido, aponta que a PEC Emergencial, mesmo desidratada, deu contribuição importante para o arcabouço fiscal, ao apontar o foco para trajetória do endividamento.

Agora, explica, a tarefa é regulamentar o comando constitucional, sinalizando principalmente que o resultado primário, hoje tratado como uma mera burocracia, seja realmente definido como instrumento para controlar a dívida. Nesse sentido, lembra a fonte, medidas como a reversão de renúncias fiscais (que se estivessem no nível pré-2012 o país já estaria quase de volta aos superávits primários) passarão a ser consideradas mais urgentes.

Para o economista-sênior da LCA Consultores e pesquisador do Ibre/FGV, Bráulio Borges, embora ter uma regra de teto de gastos não seja ruim, o dispositivo brasileiro está mal desenhado. Ele comenta que há várias experiências positivas de teto no mundo, mas com desenhos que definem outros tipos de correção do limite, melhores do que apenas a reposição da inflação em 12 meses, como ocorre no Brasil.

Ele lembra que, além do teto, o Brasil tem mais de uma dezena de regras fiscais e que, por isso, acaba não tendo nenhuma direito. “A gente não vai escapar de fazer essa discussão em 2023, mesmo que o atual governo seja reeleito”, salientou Borges.

O economista levantou um ponto importante sobre a qualidade do ajuste fiscal brasileiro, que, sem considerar a pandemia, comprime ano após ano as despesas discricionárias, aquelas que podem ser direcionadas livremente, como investimentos. Embora muito se fale que esses gastos, hoje em torno de R\$ 100 bilhões, já estariam perto do limite mínimo, Borges acredita que esse piso na verdade já foi rompido.

Para ele, quando se considera a necessidade de pelo menos manter igual o estoque de capital da economia, compensando a depreciação (por exemplo, o desgaste de estradas), as despesas discricionárias deveriam estar em torno de R\$ 140 bilhões. Para chegar ao número, ele incluiu na estimativa dados do Tesouro que mostram uma depreciação da ordem de 0,5% do PIB em 12 meses até o terceiro trimestre do ano passado - o órgão ainda não atualizou esse número para o fechamento de 2020.

Além de melhorar o perfil do gasto, Borges alerta que é preciso olhar também o lado das receitas, não só para rever renúncias, mas também para medidas como tributação de carbono, de fundos de investimento fechados e outras. “Isso ajudaria a financiar o gasto extra da covid, com mais segurança sobre a dívida.”

Para o economista e professor João P. Romero, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a situação atual é uma “tragédia anunciada”. Na visão dele, o teto de gastos tem sido usado para forçar cortes, em uma agenda política de redução do Estado, em vez de se buscar resolver estruturalmente o arcabouço fiscal de forma

mais ampla no país. “O ideal seria retirar algumas regras obsoletas... a literatura aponta que o ideal é ter regras que sejam flexíveis e organizar melhor a sobreposição que hoje há de regras”, disse.

Segundo ele, a principal questão é como estruturar o gasto público, colocando foco nas despesas mais eficientes, como investimentos e servidores de menor renda. “É necessário uma análise mais aprofundada sobre custo e benefício do gasto, já que a despesa gera ganhos de curto e longo prazo, como crescimento, produtividade e arrecadação”, disse.

Romero destacou ainda o que considera um erro de planejamento na gestão da crise, que foi o fim da PEC de Guerra e da calamidade em 2020. “Agora estamos em momento mais grave e com auxílio muito menor, sem orçamento, sem ajuda as empresas e se a PEC de Guerra tivesse sido mais longa, teria resolvido isso”, disse.

O debate fiscal é complexo e o Brasil tem um quadro particularmente difícil, pela combinação de baixo crescimento e alta dívida. Discutir esse tema com franqueza é mais do que nunca necessário para o país alçar voos maiores.

**Fabio Graner é repórter em Brasília Ribamar Oliveira excepcionalmente não escreve hoje**

**E-mail: [fabio.graner@valor.com.br](mailto:fabio.graner@valor.com.br)**

## **Conteúdo Publicitário**

---

VALOR INVESTE

**XP rebaixa recomendação do Pão de Açúcar para neutro**

VALOR INVESTE

**BlackRock e Temasek lançam parceria para criação de fundos verdes**

**"Não podemos depender apenas das empresas para solucionar todos os problemas ambientais. Os governos são fundamentais", diz John Elkington**

## MME espera R\$ 2 bi em leilão mineral no Pará

Ministério pretende atrair investimentos de R\$ 2 bi com o disputa de área para exploração de caulim

Por Daniel Rittner — De Brasília

15/04/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

O Ministério de Minas e Energia pretende atrair investimentos de R\$ 2 bilhões com o leilão, no segundo semestre, dos direitos minerários de uma área de 10 mil hectares no nordeste do Pará para a exploração de caulim. Diante do novo ciclo de alta das commodities no mercado internacional, o governo se mostra convencido de que haverá interessados na oferta.

O projeto Rio Capim, localizado a 270 quilômetros de Belém, deve ser o quarto ativo licitado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em nova modelagem. A estatal de pesquisa oferece ao mercado o direito de exploração de áreas onde já possui título minerário e conhecimento geológico acumulado.

Além de um pequeno bônus de assinatura, o vencedor do leilão se compromete a pagar ao governo um percentual das receitas brutas geradas pela venda do minério extraído. Ganha a disputa quem apresentar o maior percentual. Também existem dois “bônus de oportunidade” que devem ser pagos à medida que o desenvolvimento das jazidas avance.

Em outubro de 2019, a CPRM testou esse modelo pela primeira vez. Na ocasião, a Perth Recursos Minerais arrematou os direitos do complexo polimetálico de Palmeirópolis (TO). Outras dois projetos - Cobre de Bom Jardim (GO) e Fosfato de Miriri (PE/PB) - estão com seus leilões marcados para julho.

No caso do Rio Capim, uma consulta pública foi aberta na segunda-feira para receber contribuições de interessados até o dia 14 de maio. Depois, o edital seguirá para análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A intenção do governo é fazer o leilão ainda neste ano - trabalha-se com o mês de outubro como tentativa.

A CPRM estima que os depósitos tenham quase 800 milhões de toneladas de caulim, o que transforma a área em uma das mais promissoras do mundo. O metal é usado como insumo para as indústrias de tintas, papel, plástico, cerâmica e cosméticos.

Quando as jazidas estiverem em plena atividade, a venda do minério beneficiado deverá render R\$ 1,5 bilhão por ano e o empreendimento recolherá cerca de R\$ 180 milhões anuais em impostos, além da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), segundo cálculos oficiais.

O leilão será definido pelo maior ágio sobre a incidência mínima de royalties, que é de 1% das receitas brutas. O pagamento de bônus de assinatura no valor de R\$ 500 mil é uma condição prévia para a assinatura do contrato de cessão dos direitos minerários. Depois, serão dois prêmios de oportunidade (um deles na concessão da lavra), somando R\$ 9,5 milhões.

A empresa vencedora precisará executar um programa mínimo de exploração mineral, orçado em R\$ 1 milhão, para confirmar a viabilidade econômica do projeto. Esse programa deverá ser executado em até seis meses.

A estimativa de R\$ 2 bilhões em investimentos leva em consideração a estrutura para lavra, beneficiamento e o escoamento do minério da planta até os portos do Pará por meio de um mineroduto.

O diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, Marcio Remédio, afirma que a qualidade dos depósitos e o baixo risco de exploração - devido à pesquisa já acumulada - tornam esse ativo muito interessante para potenciais investidores. Na avaliação dele, o aumento das commodities reforça a atratividade para o leilão. "Vemos excelentes perspectivas de sucesso", diz Remédio, otimista quanto à realização do certame até o fim deste ano.

# STJ nega créditos de PIS e Cofins a empresas no regime monofásico

Decisão da 1ª Seção da Corte afeta empresas de setores como farmacêutico, automotivo e de combustíveis

Por **Joice Bacelo** — Do Rio

15/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ministro Gurgel de Faria: Lei nº 11.033 não modificou o que consta nas normas que regem o PIS e a Cofins — Foto: Gustavo Lima/STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que as empresas tributadas pelo regime monofásico não têm direito a créditos de PIS e Cofins. Essa decisão foi proferida, ontem, pela 1ª Seção - que uniformiza o entendimento a ser adotado nas turmas de direito público.

O julgamento é importante para a União e pode ser o ponto final da tese levada ao Judiciário pelos contribuintes. Existem, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), pelo menos 1,6 mil ações sobre esse tema.

Os setores farmacêutico, automotivo e de combustíveis estão entre os que recolhem as contribuições sociais pelo regime monofásico. Nesse modelo de tributação, a cobrança de PIS e Cofins é concentrada no primeiro elo da cadeia: o fabricante ou o importador.

A decisão da 1ª Seção tem efeito para as empresas que adquirem os produtos. Aquelas que compram do fabricante ou do importador para a revenda, disseram os ministros, não podem usar os valores referentes ao PIS e à Cofins que foram repassados no preço da mercadoria como um crédito fiscal.

Isso porque, oficialmente, as alíquotas das contribuições sociais, nessa etapa, estão zeradas. As empresas que compram a mercadoria não recolhem PIS e Cofins ao governo.

Esse tema deve voltar à pauta da Seção, em breve, por meio de um recurso repetitivo - que vincula as instâncias inferiores -, mas é pouco provável que os contribuintes consigam virar o resultado. A decisão, ontem, se deu por ampla maioria de votos. O placar fechou em sete a dois.

Também será muito difícil emplacar essa tese no Supremo Tribunal Federal (STF). Existem decisões de ministros considerando a questão como infraconstitucional. E, neste caso, a palavra final fica com o STJ.

A Seção, no julgamento de ontem, analisou o tema por meio de dois recursos. Um deles (EAREsp 1109354) apresentado pela Rizatti & Cia Ltda, de São Paulo, e o outro (EREsp 17682 24) pela Cooperativa Languirú, do Rio Grande do Sul.



Um dos principais argumentos dos contribuintes era o de que a Lei nº 11.033, de 2004, legitimou o uso de créditos. No artigo 17 da norma consta que as vendas efetuadas com a suspensão, isenção, alíquota zero ou não incidência de PIS e Cofins não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

Esse julgamento teve início em outubro de 2019. O relator, ministro Gurgel de Faria, abriu as discussões, naquela ocasião, com voto contrário ao pleito das empresas. Para ele, a Lei nº 11.033 não modificou o que consta nas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, que tratam do PIS e da Cofins e vedam o uso de créditos na revenda de bens sujeitos ao regime monofásico.

“Não havendo incidência do tributo na operação anterior, não há nada para ser creditado posteriormente. No regime monofásico a carga tributária concentra-se numa única fase, sendo suportada por um único contribuinte, não havendo cumulatividade”, frisou ao proferir o voto.

O julgamento havia sido suspenso, naquela ocasião, por um pedido de vista do ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Ele colocou o caso novamente em pauta em novembro do ano passado - pouco antes de se aposentar. Napoleão divergiu do relator, dando razão aos contribuintes. Só ele votou nessa ocasião.

A discussão, ontem, foi retomada com o voto da ministra Regina Helena Costa. Ela acompanhou a divergência. A ministra e Napoleão Nunes Maia Filho foram os únicos a entender que a lei de 2004 abriu a possibilidade para a tomada de crédito dentro do regime monofásico.

Gurgel de Faria reafirmou o seu voto e foi acompanhado por seis ministros: Og Fernandes, Francisco Falcão, Herman Benjamin, Assusete Magalhães, Mauro Campbell Marques e Sérgio Kukina.

A procuradora Amanda Geracy, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diz que entendimento contrário ao que foi adotado - atendendo o pleito das empresas - poderia zerar a arrecadação de PIS e Cofins para toda a cadeia. Equivaleria, segundo ela, a um benefício fiscal.

“Hoje só quem paga a contribuição é o importador ou o fabricante e eles podem se creditar. As etapas subsequentes da cadeia, atacadista e varejista, não pagam. Se quem paga se credita e quem não paga também se credita, não vai entrar nada nos cofres públicos. Poderia, inclusive, ficar negativo”, afirma.

O advogado Fábio Calcini, sócio do escritório Brasil, Salomão e Matthes, atuou em um dos casos julgados pela 1ª Seção. Ele chama a atenção que não significa, com essa decisão, que os ministros estejam negando todo e qualquer tipo de crédito às empresas que têm produtos sujeitos ao sistema monofásico. “Essa decisão está restrita à aquisição dos produtos da monofasia”, diz.

Especialista na área, Julio Janolio, sócio do escritório Vinhas e Redenschi, complementa que outras despesas necessárias à empresa que revende produtos no regime monofásico - como energia elétrica, frete e armazenagem, por exemplo - continuam gerando crédito. “A parte relacionada às despesas necessárias, que são os insumos, não está abarcada por essa decisão e há de ser preservado, portanto, o direito de crédito”, afirma.

## Conteúdo Publicitário

---

VALOR INVESTE

**Volume financeiro de ações negociado na bolsa sobe 11,3% em março**

**Saneamento, desigualdade e busca por soluções marcam Dia Mundial da Água em Um Só Planeta**

VALOR INVESTE

**Petrobras está fora de lista de maiores salários no conselho**

 **COMENTÁRIOS**

---

Mais do Valor **Econômico**

# Veto parcial ao Orçamento volta a ser discutido

PEC fura-teto perde força dentro do governo

Por Edna Simão, Lu Aiko Otta, Fabio Graner e Marcelo Ribeiro — De Brasília

15/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Com a proximidade do limite para o presidente Jair Bolsonaro sancionar o orçamento de 2021, voltou a ganhar força a alternativa mais ortodoxa para solucionar os problemas do texto aprovado no Congresso: vetar parcialmente a lei (tanto no gasto do Executivo como nas emendas) e enviar um projeto de lei para recompor as despesas obrigatórias que foram cortadas para acomodar emendas de parlamentares.

Os programas emergenciais para o enfrentamento da covid, por sua vez, devem ser financiados por meio de créditos extraordinários, saída que sempre esteve à disposição do governo. Para tanto, está em estudo uma alteração da meta de resultado fiscal deste ano (déficit de R\$ 247,1 bilhões), para comportar os novos gastos que ficarão de fora do limite do teto de gastos.

A ideia de editar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para viabilizar os programas de Preservação de Renda e Emprego (BEm) e de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), além de outros gastos relacionados à pandemia, foi colocada em segundo plano. Mesmo Ministério da Economia, que trabalhou na elaboração da proposta, esse caminho perdeu força e a chance de prosperar é remota.

Restam, porém, dois problemas sobre a mesa: o risco de piorar a crise política com os vetos às emendas dos parlamentares e a ameaça de um “apagão de canetas”, pelo receio dos técnicos de serem pessoalmente responsabilizados pela execução

de um Orçamento questionável do ponto de vista jurídico. Trabalhava-se na construção de soluções para ambos os problemas.

Para o problema dos vetos, o governo trabalha nas projeções para diminuir a necessidade de ajuste no Orçamento. No limite, disse uma fonte, os vetos podem até se mostrar desnecessários, avalia uma fonte.

A alteração da meta fiscal de 2021 poderá ser necessária porque a “folga” existente nas contas deste ano, na avaliação de técnicos do ministério, não será suficiente para acomodar as novas despesas. Já em março, o relatório bimestral de receitas e despesas elaborado pelo ministério indicava que o governo poderia gastar R\$ 20 bilhões acima do previsto sem prejudicar o cumprimento da meta de resultado primário. Por outro lado, as projeções de despesa estavam R\$ 17,5 bilhões acima do teto de gastos.

Essa “folga” no resultado primário poderia ser ocupada com créditos extraordinários, que ficam fora do teto. No entanto, as despesas extras previstas pelo governo são maiores do que R\$ 20 bilhões. Na versão original da PEC falava-se em R\$ 35 bilhões. Mas nesse valor não estão incluídos gastos com a área de saúde.

No início deste mês, o governo mandou para o Congresso uma proposta de alteração da LDO de 2021, que tramita como PLN 2. O objetivo é dispensar o governo ter de cortar gastos ou criar novas receitas para bancar programas novos, como é o caso do BEm e do Pronampe.

Para diminuir a necessidade de vetos, números estão em reavaliação. Como mostrou o Valor, integrantes do governo que são contra o veto chamaram a atenção para o fato de a execução do Orçamento ter ficado abaixo do teto de gastos nos últimos quatro anos. As diferenças seriam superiores a R\$ 33 bilhões.

O Congresso, por sua vez, avalia o valor das despesas da área de Previdência incluídos pelo governo na proposta original do Orçamento de 2021. A área econômica pode ter deixado uma “gordura” nas estimativas de gasto, revelou uma fonte do Legislativo.

A hipótese de não realizar vetos, porém, se choca com o entendimento das áreas jurídicas do Planalto e do Ministério da Economia, que alertaram para o risco de crime de responsabilidade, inclusive de Bolsonaro, caso não sejam realizados. Além disso, comentou uma fonte, o relatório bimestral de receitas e despesas mostra que há um excesso de despesas de R\$ 17,5 bilhões em relação ao teto de gastos. Por isso, mesmo permitindo despesas fora do teto, o entendimento da área econômica é de que será necessário veto parcial do Orçamento.

A aparente inviabilização da PEC, apelidada de “fura-teto” em parte do governo, é lamentada por alguns integrantes da equipe econômica. Nos bastidores, o comentário é que o “vazamento” da minuta da proposta causou muito ruído e “queimou” a ideia. Fontes do ministério alegam que o texto estava sendo costurado com o Palácio do Planalto e que não haveria nenhuma intenção de desvirtuar o limite constitucional de despesas e sim viabilizar os programas de emprego, socorro e gastos como vacinação.

O ponto mais polêmico era a previsão de R\$ 18 bilhões para “outras despesas”, o que foi visto como um sinal rumo ao descontrole dos gastos. O Ministério da Economia nega que esse ponto específico tenha partido de lá e que a pasta é contra essa ideia. Essa cifra, porém, já havia desaparecido das versões mais recentes da PEC. Há quem suspeite que o a divulgação da versão mais antiga da proposta tenha ocorrido para desgastá-la.

Técnicos comentaram que, nos estágios iniciais, integrantes da Casa Civil participaram da elaboração da proposta. Mas, quando surgiram resistências a ela, tiraram seu apoio. Ontem, segundo fontes da Câmara, técnicos da equipe econômica fizeram chegar ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a informação que a ideia da PEC não tá completamente abandonada e que estaria sendo estudado um texto mais enxuto.

## **Conteúdo Publicitário**

---

## Economia



BOLSA FAMÍLIA

STF determina reintegração de excluídos na pandemia

GOVERNO DESOBTIGADO DECISÃO DO SUPREMO QUE PROÍBE CORTES NO PROGRAMA DURANTE ORÇÃO DA COVID-19 [globo.com/brasil/2021/04/15/stf-determina-reintegracao-de-excluidos-na-pandemia](https://globo.com/brasil/2021/04/15/stf-determina-reintegracao-de-excluidos-na-pandemia)

## CONTAS PÚBLICAS

## DÉFICIT MAIOR

# Governo avalia mudar meta para ampliar gastos com saúde e reeditar MP 936

MANGUEL VENTURA  
[manguel.ventura@o.globo.com.br](mailto:manguel.ventura@o.globo.com.br)  
 @manguelv

O Ministério da Economia avalia propor ao Congresso uma alteração na meta de resultado das contas públicas deste ano para editar as medidas de combate à Covid-19, além de aumentar os gastos com o Ministério da Saúde. A mudança na meta fiscal pode ser uma alternativa à proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar as despesas com a pandemia, que perdeu força no governo, embora ainda seja defendida por técnicos que veem no projeto uma forma de garantir mais segurança jurídica aos gastos extras contra a crise.

Entre as medidas que precisam ser lançadas com urgência estão a nova rodada do programa de manutenção do emprego, nos moldes da medida provisória (MP) 936, e empréstimos para pequenas empresas por meio do Pronampe.

A ideia da equipe econômica é financiar esses programas por meio de crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União. Por outro lado, é preciso cumprir a meta de resultado das contas públicas. Neste ano, o governo está autorizado a um rombo de até R\$ 247 bilhões.

## RISCO DE DEMISSÕES

O valor não é suficiente para acomodar os gastos necessários para fazer frente às despesas com a pandemia. Por isso, voltou à mesa da Economia a possibilidade de propor uma mudança na meta fiscal. O rombo seria ampliado para garantir a edição das medidas. O novo



Para salvar empregos, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu que o governo priorize a renovação da MP 936 e trate medida "com muito zelo"

número alvo ainda está sendo calculada pelos técnicos.

A nova edição da MP 936 e o Pronampe são considerados os programas mais urgentes. O governo avalia que, se essas medidas não forem editadas rapidamente, as empresas podem começar a demitir. Além de verba para os dois programas, será preciso gastar mais com saúde.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu que o Ministério da Economia priorize a renovação do programa

que autoriza acordos de redução de salário e jornada e suspensão de contratos e disse que a medida precisa ser tratada "com muito zelo". O assunto foi discutido na reunião do comitê executivo de enfrentamento à pandemia. — Tratamos de assuntos relativos ao Ministério da Economia, de temas importantes para o enfrentamento da pandemia, que é a salvação dos empregos no Brasil. Um novo programa de manutenção de empregos, a exemplo do que aconteceu

em 2020, garantindo a suspensão do contrato de trabalho e a contribuição do governo para a manutenção desses empregos — contou Pacheco, após o encontro.

Mais tarde, durante sessão do Senado, o parlamentar, que também é presidente do Congresso, anunciou que será votado na semana que vem outro projeto que viabiliza a renovação das medidas emergenciais: um texto que dispensa o governo de apresentar medidas de compensação para criar despesas,

desde que não sejam gastos obrigatórios permanentes.

O plano para mudar a meta começa a ser avaliado dias após circular internamente no governo uma PEC elaborada pela equipe econômica para flexibilizar regras fiscais e viabilizar programas emergenciais. Em uma versão, o texto previa até brechas para gastos com obras fora dos limites de gastos, o que fez com que a ideia fosse chamada de "fura-teto".

A interlocutores, o ministro da Economia, Paulo Gue-

des, rechaçou totalmente a possibilidade de "furar" o teto de gastos com a proposta. Nos planos de Guedes, as despesas fora do teto ficariam restritas aos programas econômicos para combater os efeitos da pandemia e aos recursos para saúde. Guedes ressaltou a auxiliares que lutou para deixar gastos como o Bolsa Família dentro do teto e que não faria sentido, agora, propor uma PEC para "furar" a regra fiscal com obras.

Mesmo com a mudança da meta fiscal no radar, auxiliares de Guedes defendem que, com a PEC, seria possível manter em 2021 dois Orçamentos: o tradicional, com gastos com Bolsa Família, obras e outras despesas ordinárias, e um "Orçamento de Guerra", reunindo as despesas com a pandemia, como em 2020.

## MÍNIMO DE R\$ 1.147 EM 2022

Guedes rejeita a ideia de decretar Estado de Calamidade, como ocorreu no ano passado, por ver na medida um "cheque em branco" para gastos públicos. Além disso, não haveria contrapartidas para as despesas, porque os salários dos servidores públicos já estão congelados até o fim deste ano. O governo já pode gastar até R\$ 44 bilhões com o auxílio emergencial fora de todas as regras fiscais.

Enquanto o Orçamento de 2021 ainda está sendo discutido, o governo envia hoje ao Congresso o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que prevê as bases para o Orçamento do próximo ano. A equipe econômica deve propor um rombo nas contas públicas na casa de R\$ 170 bilhões, de acordo com fontes que participam das discussões.

Guedes pretende mostrar uma recuperação gradual das contas públicas, com a redução do déficit na comparação com este ano. O foco principal dele é conter o endividamento do governo, que se aproxima de 90% do PIB.

A LDO deve indicar ainda um reajuste do salário mínimo de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro de 2022. O valor seria corrigido tendo como base uma inflação medida pelo INPC de 4,3%, sem ganho real. (Colaborou Júlia Lindner)

## Para técnicos da Câmara, Orçamento pode ser sancionado e corrigido depois

GERALDA DOCA  
geralda@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

**E**m novo parecer, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados afirma que o presidente Jair Bolsonaro pode sancionar a proposta aprovada pelo Congresso, apesar do descasamento com as despesas obrigatórias com a Previdência. O documento

conclui que há um rombo de R\$ 21,3 bilhões na previsão de gastos, mas afirma que a correção poderá ser feita ao longo do ano, durante a execução orçamentária, dentro do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União à inflação.

Os consultores reforçaram o entendimento divulgado na semana passada, que diz

que o presidente não incorrerá em crime de responsabilidade fiscal no ato da sanção do Orçamento. De acordo com a tese, o Executivo tem instrumentos para fazer as correções necessárias posteriormente, como contingenciamentos, cancelamentos e recomposição de despesas.

A nova nota técnica será encaminhada ao presidente da

Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e ao líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e representa mais um capítulo na disputa entre o Congresso e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em torno do Orçamento.

Os dois pareceres foram encomendados pelo deputado Cacá Leão (PP-BA). Um dos pontos de discórdia no Orça-

mento se refere ao cancelamento de despesas obrigatórias, sobretudo com benefícios previdenciários, para engordar as emendas parlamentares em R\$ 26,4 bilhões.

A equipe econômica defende o veto integral desses gastos extras, alegando que pode faltar dinheiro para Previdência. Os congressistas, por sua vez, não concordam e só aceitam

abrir mão de R\$ 10 bilhões.

De acordo com o projeto aprovado pelo Congresso, o orçamento da Previdência para 2021 ficou definido em R\$ 698 bilhões. No entanto, notas do Ministério da Economia apontam que o valor necessário ficará entre R\$ 706,8 bilhões e R\$ 709,3 bilhões, depois dos ajustes sobre o impacto do reajuste do salário mínimo. Para a consultoria, essa diferença poderá ser recomposta por veto na sanção ou solucionada posteriormente.

# Guedes foi do alerta de risco de impeachment à proposta 'fura-teto'

Na crise do Orçamento, ministro teve de rever posições após embate com Congresso, mas nega propor PEC fora de regra fiscal

MARIANA CARNEIRO  
E MALU CASPAR  
escrevem para O Globo  
em Brasília

**P**residente, tem gente querendo te levar para o buraco... Vão te empurrar para o impeachment!" Era fim de março e Paulo Guedes tentava convencer Jair Bolsonaro a vetar parte do Orçamento de 2021.

Único empenhado em convencer Bolsonaro a cortar o valor das emendas parlamentares do Orçamento, Guedes já elegera um culpado pelo estouro das despesas — o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que teria incentivado o general Luiz Eduardo Ramos a negociar gastos extras secretamente com deputados e senadores.

"Quero crer que (vocês) não me enganaram para eu virar o novo Arno Augustin!", protestou, citando o ex-secretário do Tesouro de Dilma Rousseff, autor das pedaladas fiscais. E referindo-se a Marinho, que não estava na sala, disparou: "Esse Marinho continua que-

rendo afundar o barco. Arca de Noé é f... Tem sempre um pica-pau a bordo querendo ferar o negócio todo!"

Tempos depois, o próprio ministro lembraria do episódio como o seu "dia de fúria".

Aquele foi um dos lances mais nervosos do jogo de empurra sobre de quem é a culpa pelo "Orçamento fake", como ficou conhecido o inexecúvel Orçamento de 2021.

Organizado pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC), o texto não prevê recursos para despesas obrigatórias em Previdência, mas incluiu R\$ 29 bilhões a serem gastos com emendas parlamentares. Bittar, porém, diz que tudo foi feito em acordo com a Economia, que aceitou incluir R\$ 16 bilhões em emendas em troca da aprovação da PEC Emergencial.

Mas Guedes não era o único adversário do relator Bittar na batalha do Orçamento. Logo antes do "dia de fúria" do ministro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já tinha ido ao Planalto reclamar

que Bittar havia reservado R\$ 6 bilhões a mais em emendas para senadores do que para os deputados. Administrado por Davi Alcolumbre (DEM-AP), esse valor era tratado como um saldo de compromissos assumidos para a eleição de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) na presidência do Senado.

Nessa reunião em que Lira e Bittar se enfrentaram, o relator aceitou cortar R\$ 10 bilhões de sua cota, mas lançou farpas. Aparentou que, dos quase R\$ 30 bilhões em emendas, R\$ 7 bilhões tinham sido reservados a pedido do próprio governo. Ele não disse diretamente, mas todos sabiam que falava de Luiz Eduardo Ramos.

## TROCA DE ACUSAÇÕES

Foi o general, ainda na Secretaria de Governo, quem negociou com o Congresso a inclusão de cerca de R\$ 4 bilhões para o Desenvolvimento Regional, de Rogério Marinho, que Guedes chama de fura-teto. E também de R\$ 1,3 bilhão para a Infraestrutura, R\$ 300 milhões para o Ministério da Jus-



Explicação. Ministro tem dito a interlocutores que proposta de emenda para gastos fora de teto não partiu dele

tiça e R\$ 200 milhões para o Ministério da Ciência, de Marcos Fontes, desenvolver a vacina contra a Covid-19.

A concessão de Bittar foi a senha para uma intensa troca de acusações. Guedes passou a dizer que, se não cortasse toda a verba das emendas, Bolsonaro teria o mesmo destino de Dilma Rousseff. Pacheco, Lira e Flávia Arruda acusaram o ministro de usar a situação para esconder seus erros e romper o acordo com o Congresso.

Depois do episódio, ministros e parlamentares procuraram Bolsonaro e acusaram o ministro da Economia de plantar informações na imprensa contra os políticos. Disseram, ainda, que só se reuniriam novamente com ele na presença do presidente.

Diante do impasse, na última quinta-feira, Bolsonaro reuniu Ramos, Flávia Arruda e Guedes para tentar chegar a

um acordo. Só que, àquela altura, o clima já estava tão pesado que os ministros mal se falavam. Guedes estava isolado no governo. Apesar das discordâncias entre ministros e congressistas, e entre senadores e deputados, todos concordavam que não podiam mais confiar no ministro da Economia.

O presidente até conseguiu dos parlamentares o compromisso de indicar despesas para cortar. Mas o consenso durou pouco, já que na mesma noite o ministro do Supremo Luis Roberto Barroso determinou a abertura da CPI da Pandemia pelo Senado.

## CUSTO MAIOR COM CPI

Além de desorganizar a articulação política do governo, a decisão aumentou o custo de cortar emendas do Senado, onde o governo passou a precisar de todo o apoio para evitar a CPI.

Sem apoio dos ministros, sem interlocução com o Congresso e pressionado a encontrar uma solução, Guedes cedeu à proposta de editar uma emenda constitucional que excluiria do teto de gastos, entre outras coisas, emendas parlamentares destinadas à saúde.

Foi uma solução inusitada para quem acusava um colega de ministério de ser "fura-teto". A ironia não escapou aos adversários, que não só bombardearam a solução, como passaram a chamá-lo de "fura-teto".

Com a repercussão negativa, o ministro procurou interlocutores no governo e no mercado financeiro para negar que seja o pai da ideia e que a emenda foi gestada no Palácio do Planalto: "Eu não vou propor nada que fure o teto. Querem me carimbar justamente como o que eles são."